

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	17
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	17
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	19
10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	20
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	21
12. INVESTIMENTOS	22
13. IMOBILIZADO	29
14. INTANGÍVEL.....	30
15. FORNECEDORES	31
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	33
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	37
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	37
20. PROVISÕES	38
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	46
22. RECEITA	47
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	49
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	51
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	52
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	54
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	64
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	66
29. RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES – MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012	66
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	69
31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	71
32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	73
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	76
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	92
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	103

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.538.780	2.862.490	128.210	226.695
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	2.141.364	358.987	182.999	180.000
Consumidores e Revendedores	6	2.581.130	2.549.546	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		484.050	427.060	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	787.949	1.120.035	-	-
Tributos Compensáveis	7	400.945	354.126	73.571	72.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	155.528	220.760	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		20.755	22.080	-	-
Dividendos a Receber		-	-	700.380	195.196
Fundo Vinculados		24.837	3.386	99	99
Estoques		80.174	54.430	987	15
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	26	28.206	-	-	-
Outros Créditos		726.387	558.749	9.868	8.702
TOTAL DO CIRCULANTE		9.970.105	8.531.649	1.096.114	683.277
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	199.787	-	16.196	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	10	1.762.360	1.830.075	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	10	-	-	1.079.424	1.010.079
Concessionários - Transporte de Energia		11.186	-	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.196.061	2.036.087	428.066	424.449
Tributos Compensáveis	7	372.872	327.948	4.757	4.334
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	46.934	23.605	31.462	19.548
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.452.818	1.387.711	289.441	275.721
Consumidores e Revendedores	6	162.006	158.770	-	-
Outros Créditos		134.545	184.367	17.290	50.694
Ativo Financeiro da Concessão	11	10.394.432	8.777.822	-	-
Investimentos	12	151.816	176.740	13.046.955	11.994.523
Imobilizado	13	8.752.301	8.661.791	1.553	1.723
Intangível	14	4.615.434	5.261.181	1.023	657
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		29.252.552	28.826.097	14.916.167	13.781.728
TOTAL DO ATIVO		39.222.657	37.357.746	16.012.281	14.465.005

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	1.439.751	1.189.848	4.867	12.059
Encargos Regulatórios	18	353.334	368.229	-	-
Participações nos Lucros		171.878	89.512	17.399	9.357
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	563.392	516.553	22.432	35.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	172.671	129.384	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		642.704	1.243.086	674.424	1.243.086
Empréstimos e Financiamentos	17	5.819.403	4.382.069	1.087.591	1.011.830
Debêntures	17	1.109.267	3.438.991	-	-
Salários e Contribuições Sociais		263.452	271.891	10.742	12.987
Obrigações Pós-emprego	19	95.259	100.591	2.595	3.706
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		-	25.143	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	4.941	8.646
Concessões a Pagar		17.764	7.990	-	-
Outras Obrigações		373.036	406.059	13.670	15.137
TOTAL DO CIRCULANTE		11.021.911	12.169.346	1.838.661	2.352.548
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	260.409	262.202	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	5.082.411	5.358.450	-	18.397
Debêntures	17	4.601.864	2.599.559	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16	985.109	897.087	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	305.842	1.234.024	-	-
Provisões	20	543.400	549.439	174.719	185.952
Concessões a Pagar		157.874	129.696	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.209.542	2.186.568	100.703	96.245
Outras Obrigações		219.392	226.427	63.295	66.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.365.843	13.443.452	338.717	367.509
		25.387.754	25.612.798	2.177.378	2.720.057
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		4.265.091	3.412.073	4.265.091	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.353.537	3.292.871	2.353.537	3.292.871
Ajustes de Avaliação Patrimonial		918.573	1.080.800	918.573	1.080.800
Ajustes Acumulados de Conversão		9.646	5.354	9.646	5.354
Lucros Acumulados		2.334.206	-	2.334.206	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.834.903	11.744.948	13.834.903	11.744.948
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.222.657	37.357.746	16.012.281	14.465.005

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
RECEITA	22	13.372.468	11.430.071	264	259
CUSTOS OPERACIONAIS	23				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.111.593)	(3.202.886)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(623.803)	(608.543)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(356.028)	(235.785)	-	-
		<u>(5.091.424)</u>	<u>(4.047.214)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO					
Pessoal e Administradores		(697.001)	(688.607)	-	-
Materiais		(41.895)	(48.240)	-	-
Serviços de Terceiros		(526.183)	(511.474)	-	-
Depreciação e Amortização		(668.948)	(680.022)	-	-
Provisões Operacionais		(16.263)	(66.983)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(140.036)	(113.077)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.227.532)	(961.988)	-	-
Outras		(143.120)	(103.728)	-	-
		<u>(3.460.978)</u>	<u>(3.174.119)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(8.552.402)	(7.221.333)	-	-
LUCRO BRUTO		4.820.066	4.208.738	264	259
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(137.255)	(139.068)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(691.458)	(633.689)	(56.746)	(75.830)
Outras Despesas Operacionais		(335.182)	(142.569)	(20.871)	(6.326)
		<u>(1.163.895)</u>	<u>(915.326)</u>	<u>(77.617)</u>	<u>(82.156)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos		3.656.171	3.293.412	(77.353)	(81.897)
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto		258.705	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(2.482)	-	2.228.782	1.858.259
Receitas Financeiras	24	671.548	639.934	98.793	40.695
Despesas Financeiras	24	(1.475.547)	(1.405.843)	(84.590)	(42.394)
Resultado antes dos Impostos		3.108.395	2.527.503	2.165.632	1.774.663
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(1.094.135)	(818.650)	-	(77.644)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	158.491	(2.398)	7.119	9.436
RESULTADO DO PERÍODO		2.172.751	1.706.455	2.172.751	1.706.455
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial		2,80	2,50	2,80	2,50
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		2,80	2,50	2,80	2,50

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/12	Jul a Set/11	Jul a Set/12	Jul a Set/11
RECEITA		4.810.133	4.035.749	103	76
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.580.014)	(1.110.782)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(138.614)	(226.293)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(138.150)	(92.954)	-	-
		<u>(1.856.778)</u>	<u>(1.430.029)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(234.099)	(221.403)	-	-
Materiais		(17.277)	(13.278)	-	-
Serviços de Terceiros		(185.110)	(164.206)	-	-
Depreciação e Amortização		(213.855)	(269.915)	-	-
Reversões (Provisões) Operacionais		7.582	(28.118)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(44.501)	(38.728)	-	-
Custo de Construção		(529.689)	(266.550)	-	-
Outras		(95.041)	(63.141)	-	-
		<u>(1.311.990)</u>	<u>(1.065.339)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(3.168.768)	(2.495.368)	-	-
LUCRO BRUTO		1.641.365	1.540.381	103	76
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas		(59.986)	(62.410)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(217.144)	(250.205)	(28.701)	(41.885)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		(99.353)	12.774	(6.892)	(521)
		<u>(376.483)</u>	<u>(299.841)</u>	<u>(35.593)</u>	<u>(42.406)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos		1.264.882	1.240.540	(35.490)	(42.330)
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto		258.705	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.024)	-	965.071	829.105
Receitas Financeiras		227.110	212.768	25.948	(5.205)
Despesas Financeiras		(466.397)	(484.654)	(25.623)	(53.951)
Resultado antes dos Impostos		1.283.276	968.654	929.906	727.619
Imposto de Renda e Contribuição Social		(334.860)	(275.397)	-	(77.767)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(11.285)	(36.010)	7.225	7.395
RESULTADO DO PERÍODO		937.131	657.247	937.131	657.247
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial		1,21	0,96	1,21	0,96
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		1,21	0,96	1,21	0,96

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RESULTADO DO PERÍODO	2.172.751	1.706.455	2.172.751	1.706.455
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.292	4.209	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	3.520	3.744
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(1.170)	(705)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	398	240	-	-
	(772)	(465)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.176.271	1.710.199	2.176.271	1.710.199

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/12	Jul a Set/11	Jul a Set/12	Jul a Set/11
RESULTADO DO PERÍODO	937.131	657.247	937.131	657.247
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	52	5.234	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	(112)	4.952
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(249)	(428)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85	146	-	-
	(164)	(282)	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	937.019	662.199	937.019	662.199

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONSOLIDADO (*)

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.210.605	(772)	-	27.124	11.476.133
Resultado do período	-	-	-	-	-	1.706.455	-	1.706.455
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	4.209	-	-	4.209
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(465)	-	-	-	(465)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(465)	4.209	1.706.455	-	1.710.199
Dividendo adicional proposto referente 2010 (R\$0,10 por ação)	-	-	(67.086)	-	-	-	-	(67.086)
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(132.998)	-	132.998	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	2.806.167	1.077.142	3.437	1.839.453	27.124	13.119.246
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.080.800	5.354	-	-	11.744.948
Resultado do período	-	-	-	-	-	2.172.751	-	2.172.751
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	4.292	-	-	4.292
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(772)	-	-	-	(772)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(772)	4.292	2.172.751	-	2.176.271
Aumento do Capital Social (nota 21)	853.018	-	(853.018)	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto referente 2011 (R\$0,12 por ação)	-	-	(86.316)	-	-	-	-	(86.316)
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(161.455)	-	161.455	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.353.537	918.573	9.646	2.334.206	-	13.834.903

(*) As demonstrações das mutações do patrimônio líquido do consolidado refletem substancialmente as mutações de sua controladora.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	2.172.751	1.706.455	2.172.751	1.706.455
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e Amortização	711.952	724.779	279	262
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	25.352	15.075	(475)	2
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.482	-	(2.228.782)	(1.858.259)
Juros e Variações Monetárias	341.785	737.081	11.200	(16.879)
Impostos de Renda e Contribuição Social	935.644	821.048	(7.119)	68.208
Ganho na emissão de ações	(258.705)	-	-	-
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	103.380	254.236	(11.233)	17.986
Obrigações Pós-emprego	195.429	205.116	10.889	10.326
	4.230.070	4.463.790	(52.490)	(71.899)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(144.240)	(380.986)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	197.055	170.981	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	34.796	(339.777)	(8.412)	(91.818)
Tributos Compensáveis	(100.101)	(37.332)	(1.424)	(3.904)
Concessionários - Transporte de energia	(90.805)	(12.126)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(66.808)	(272.630)	(13.720)	(15.000)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	658.376	1.323.478
Ativos Financeiros	693.748	(73.557)	-	-
Outros	(211.616)	(204.712)	31.266	(27.058)
	312.029	(1.150.139)	666.086	1.185.698
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	252.911	88.750	(7.192)	2.936
Impostos, Taxas e Contribuições	71.664	150.742	(13.308)	76.645
Imposto de Renda e Contribuição Social	(889.999)	16.662	-	-
Salários e Contribuições Sociais	(6.698)	(3.154)	(2.245)	(2.981)
Encargos Regulatórios	(10.240)	(9.289)	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(554.101)	(347.317)	(4.784)	(32.665)
Obrigações Pós-emprego	(177.787)	(103.542)	(7.542)	(7.263)
Outros	50.300	(18.346)	2.770	(72.547)
	(1.263.950)	(225.494)	(32.301)	(35.875)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.278.149	3.088.157	581.295	1.077.924

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários	(1.982.164)	232.517	(19.195)	55
Em Ativos Financeiros	(97.333)	(65.472)	-	-
Caixa Líquido recebido na diluição de controlada em conjunto	615.386			
Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido	(285.688)			
Em Investimentos	22.442	-	12.790	(383.619)
Em Imobilizado	(426.624)	(747.759)	-	-
Em Intangível	(1.455.863)	(1.016.517)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.609.844)	(1.597.231)	(6.405)	(383.564)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.029.190	1.329.994	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.363.072)	(1.352.571)	(18.397)	(368.397)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(658.133)	(596.418)	(654.978)	(529.332)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.985	(618.995)	(673.375)	(897.729)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(323.710)	871.931	(98.485)	(203.369)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
No fim do exercício	2.538.780	3.851.624	128.210	99.372
	(323.710)	871.931	(98.485)	(203.369)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	736.788	705.384	4.784	32.665
Imposto de renda e Contribuição Social	832.420	649.292	10.800	16.653

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2012		30/09/2011		30/09/2012		30/09/2011	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	17.824.551		15.603.826		264		259	
Receita de Construção de Distribuição	1.133.424		899.225		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	97.333		65.472		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(109.420)		(103.000)		-		-	
	<u>18.945.888</u>		<u>16.465.523</u>		<u>264</u>		<u>259</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.410.966)		(3.202.886)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(704.767)		(608.543)		-		-	
Serviços de Terceiros	(778.001)		(721.268)		(8.895)		(5.545)	
Gás Comprado para Revenda	(356.028)		(235.785)		-		-	
Materiais	(56.181)		(64.581)		(93)		(158)	
Custo de Construção de Infraestrutura	(1.227.532)		(961.988)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(209.883)		(205.520)		(13.826)		(31.356)	
	<u>(7.743.358)</u>		<u>(6.000.571)</u>		<u>(22.814)</u>		<u>(37.059)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.202.530		10.464.952		(22.550)		(36.800)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(711.952)		(724.779)		(279)		(262)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	10.490.578		9.740.173		(22.829)		(37.062)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	258.705		-		-		-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.482)		-		2.228.782		1.858.259	
Receitas Financeiras	674.323		667.737		101.609		68.478	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.421.124		10.407.910		2.307.562		1.889.675	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	1.108.081	9,70	941.797	9,05	45.252	1,96	37.137	1,97
Remuneração direta	772.670	6,76	644.790	6,19	26.723	1,16	18.538	0,98
Benefícios	266.550	2,33	239.019	2,30	15.658	0,68	12.429	0,66
FGTS	48.851	0,43	45.456	0,44	2.531	0,11	2.591	0,14
Outras	20.010	0,18	12.532	0,12	340	0,01	3.579	0,19
Impostos, Taxas e Contribuições	6.584.050	57,65	6.290.875	60,44	4.314	0,19	103.071	5,45
Federais	3.646.765	31,93	3.643.494	35,00	4.066	0,18	102.978	5,45
Estaduais	2.929.633	25,65	2.641.537	25,38	189	0,01	38	-
Municipais	7.652	0,07	5.844	0,06	59	-	55	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.556.242	13,63	1.468.783	14,11	85.245	3,69	43.012	2,28
Juros	1.475.547	12,92	1.405.843	13,51	84.590	3,66	42.394	2,25
Aluguéis	80.695	0,71	62.940	0,60	655	0,03	618	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	2.172.751	19,02	1.706.455	16,40	2.172.751	94,16	1.706.455	90,30
Lucros Acumulados	2.172.751	19,02	1.706.455	16,40	2.172.751	94,16	1.706.455	90,30
	<u>11.421.124</u>	<u>100,00</u>	<u>10.407.910</u>	<u>100,00</u>	<u>2.307.562</u>	<u>100,00</u>	<u>1.889.675</u>	<u>100,00</u>

Ver nota explicativa 28 para maiores informações sobre a DVA.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 30 de setembro de 2012, o passivo circulante da Cemig excedeu o ativo circulante em R\$1.051.806. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e toma medidas para a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, pagando dívidas vincendas ou alongando o seu vencimento através de emissões de debêntures de longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Informações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas da Companhia e as Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis.

2.2. Reclassificações de saldos contábeis

Demonstrações de Resultados	Conta Original		Conta de Reclassificação		
	Consolidado	Controladora	Demonstrações de Resultados	Consolidado	Controladora
	30/09/2011	30/09/2011		30/09/2011 (Não revisado)	30/09/2011 (Não revisado)
Resultado Financeiro Líquido	(765.909)	(1.699)	Receitas Financeiras	639.934	40.695
			Despesas Financeiras	(1.405.843)	(8.841)
				(765.909)	(1.699)
Receitas e Despesas Financeiras					
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	24.217	-	Depreciação e Amortização	(24.217)	-
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	42.881	-	Receita de Transmissão	(42.881)	-
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	-	40.599	Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(40.599)

Conta Original			Conta de Reclassificação		
Demonstração de Fluxo de Caixa	Consolidado 30/09/2011	Controladora 30/09/2011	Demonstração de Fluxo de Caixa	Consolidado 30/09/2011 (Não revisado)	Controladora 30/09/2011 (Não revisado)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			Aumento (Redução) de Passivos		
Impostos de Renda e Contribuição Social	818.650	77.644	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.662	-
			Tributos Compensáveis	(835.312)	-
				(818.650)	-
			Aumento) Redução de Ativos		
			Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(91.818)
			Tributos Compensáveis	-	14.174
				-	(77.644)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Depreciação e Amortização	24.217	-	No Imobilizado	(24.217)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	40.599	Em Investimentos	-	(40.599)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			Aumento) Redução de Ativos		
Juros e Variações Monetárias	646.750	29.545	Ativo Financeiro	163.583	-
			Aumento (Redução) de Passivos		
			Empréstimos e Financiamentos	(1.002.687)	(29.545)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
			Ativo Financeiro	192.354	-
				(646.750)	(29.545)
Aumento) Redução de Ativos			Aumento) Redução de Ativos		
Tributos Compensáveis	339.777	-	Imposto de Renda e Contribuição Social	(339.777)	-
Demonstração do Valor Adicionado			Demonstração do Valor Adicionado		
	Consolidado 30/09/2011	Controladora 30/09/2011		Consolidado 30/09/2011 (Não revisado)	Controladora 30/09/2011 (Não revisado)
Receitas			Receitas		
Venda de Energia, Gas e Serviços	(964.697)	-	Receita de Construção de Distribuição	899.225	-
			Receita de Construção de Transmissão	65.472	-
				964.697	-
Receitas			Remuneração de Capital de Terceiros		
Venda de Energia, Gas e Serviços	(42.880)	-	Juros	(42.880)	-
Retenções			Remuneração de Capital de Terceiros		
Depreciação e Amortização	24.217	-	Juros	24.217	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência			Remuneração de Capital de Terceiros		
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(40.599)	Juros	-	(40.599)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

1 – Na Demonstração de Resultados

- Resultado Financeiro Líquido: No período anterior, o resultado financeiro era apresentado na demonstração do resultado pelo saldo líquido, enquanto no ano corrente este resultado foi demonstrado segregando-se as receitas e despesas financeiras;

2 – Na Demonstração do Valor Adicionado

- Reclassificação da Receita de Construção e Custo de Construção alocados anteriormente dentro das contas Receita de Venda de Energia e Serviços e em Outros Custos Operacionais.

Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Informações Contábeis Intermediárias.

2.3. Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

As informações referentes aos Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos ainda não adotados pela Companhia não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.6 letra “t” às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

2.4. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações intermediárias de 30 de setembro de 2012.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho no trimestre e acumulado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 estão apresentadas nestas Informações trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2011	ITR do 3T-2012	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios De Consolidação
6	4	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	5	Titulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados A Litígio
12	10	Contas a Receber do Governo do Estado De Minas Gerais e Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios
13	11	Ativo Financeiro da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangível
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas E Contribuições E Imposto de Renda e Contribuição Social
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido e Remuneração Aos Acionistas
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações Com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
33	28	Demonstrações do Valor Adicionado - Dva
-	29	Renovação das concessões – Medida Provisória 579 de 11 de Setembro de 2012
35	30	Eventos Subsequentes
34	31	Demonstração Segregada Por Empresa
*	32	Demonstração do Resultado Segregado Por Atividade

(*) Informações incluídas no conjunto das demonstrações contábeis a partir do primeiro trimestre de 2012

As notas explicativas do relatório anual de 2011 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não seria aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões
5	Segmentos Operacionais
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
32	Revisão Tarifária de Transmissão

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional. A seguir demonstramos as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	30/09/2012	31/12/2011
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100	100
Cemig Distribuição	Integral	100	100
Cemig Telecom	Integral	100	100
Rosal Energia	Integral	100	100
Sá Carvalho	Integral	100	100
Horizontes Energia	Integral	100	100
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100	100
Cemig PCH	Integral	100	100
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100	100
Cemig Trading	Integral	100	100
Efficientia	Integral	100	100
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100	100
UTE Barreiro	Integral	100	100
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100	100
Cemig Serviços	Integral	100	100
Gasmig	Proporcional	59,57	55,19
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25	25
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24	24
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,5	24,5
Light	Proporcional	26,06	26,06
Transchile	Proporcional	49	49
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51	51
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	49,98
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	49,99
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	49,99
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	19,09
Axxiom	Proporcional	49	49
Parati	Proporcional	25	25

A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, suportado por acordo de acionistas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	166.805	157.890	4.298	6.664
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.371.975	2.345.877	123.912	191.004
Letras Financeiras do Tesouro	-	63.868	-	4.922
Notas do Tesouro Nacional	-	26.413	-	1.603
Letras Financeiras - Bancos	-	176.510	-	18.364
Outros	-	91.932	-	4.138
	<u>2.371.975</u>	<u>2.704.600</u>	<u>123.912</u>	<u>220.031</u>
	<u>2.538.780</u>	<u>2.862.490</u>	<u>128.210</u>	<u>226.695</u>

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se as aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	1.368.823	358.987	137.457	180.000
Letras Financeiras do Tesouro	66.404	-	6.137	-
Letras Financeiras - Bancos	326.677	-	31.224	-
Letras do Tesouro Nacional	79.592	-	-	-
Operações Compromissadas	186.367	-	-	-
Outros	113.501	-	8.181	-
	<u>2.141.364</u>	<u>358.987</u>	<u>182.999</u>	<u>180.000</u>
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	21.127	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	121.438	-	14.310	-
Outros	57.222	-	1.886	-
	<u>199.787</u>	<u>-</u>	<u>16.196</u>	<u>-</u>
	<u>2.341.151</u>	<u>358.987</u>	<u>199.195</u>	<u>180.000</u>

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na nota explicativa nº 26.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Fornecimento Faturado	2.304.734	2.301.156	24.240	25.378
Fornecimento não Faturado	838.971	848.171	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	234.586	205.636	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(635.155)	(646.647)	(24.240)	(25.378)
	2.743.136	2.708.316	-	-
Ativo Circulante	2.581.130	2.549.546	-	-
Ativo não Circulante	162.006	158.770	-	-

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	646.647	25.378
Constituição/ (Reversão)	108.856	-
Baixa para perda	(120.348)	(1.138)
Saldo em 30 de setembro de 2012	635.155	24.240

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS a Recuperar	192.410	153.306	3.427	3.843
PIS-PASEP	57.828	32.828	-	-
COFINS	135.395	156.852	68.758	67.342
Outros	15.312	11.140	1.386	1.385
	400.945	354.126	73.571	72.570
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	272.149	243.029	4.754	4.334
PIS-PASEP	17.111	14.515	-	-
COFINS	82.382	70.404	3	-
Outros	1.230	-	-	-
	372.872	327.948	4.757	4.334
	773.817	682.074	78.328	76.904

Os créditos de ICMS, PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2012 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	111.384	171.294	-	-
Contribuição Social	44.144	49.466	-	-
	<u>155.528</u>	<u>220.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	34.185	21.223	29.035	17.211
Contribuição Social	12.749	2.382	2.427	2.337
	<u>46.934</u>	<u>23.605</u>	<u>31.462</u>	<u>19.548</u>
	<u>202.462</u>	<u>244.365</u>	<u>31.462</u>	<u>19.548</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	417.027	631.801	343.724	337.861
Provisões	137.634	141.921	51.808	55.697
Obrigações Pós-Emprego	386.455	369.306	21.472	19.807
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	222.045	211.928	8.242	8.629
Ágio na incorporação de controlada	238.415	87.835	-	-
Instrumentos Financeiros	53.754	59.421	-	-
Variação Cambial	129.898	127.768	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa	180.697	180.623	-	-
Concessão Onerosa	65.957	61.941	-	-
Outros	175.041	163.543	3.664	2.455
Total	<u>2.006.923</u>	<u>2.036.087</u>	<u>428.910</u>	<u>424.449</u>
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	(800.489)	(909.204)	(620)	-
Contribuição Social	(316.215)	(324.820)	(224)	-
Total	<u>(1.116.704)</u>	<u>(1.234.024)</u>	<u>(844)</u>	<u>-</u>
Total Líquido	<u>890.219</u>	<u>802.063</u>	<u>428.066</u>	<u>424.449</u>
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	1.196.061	2.036.087	428.066	424.449
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(305.842)	(1.234.024)	-	-

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.108.395	2.527.503	2.165.632	1.774.663
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(1.056.854)	(859.351)	(736.315)	(603.385)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(800)	-	760.915	543.490
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.146)	(4.003)	(95)	(193)
Incentivo Fiscal	55.394	32.567	-	1.217
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(8.050)	51	(8.677)	95
Amortização de Ágio	5.049	9.362	(9.043)	(9.280)
Outros	74.763	326	334	(152)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(935.644)	(821.048)	7.119	(68.208)
Alíquota Efetiva	30,10%	32,48%	0,33%	3,84%
Imposto Corrente	(1.094.135)	(818.650)	-	(77.644)
Imposto Diferido	158.491	(2.398)	7.119	9.436

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhista	215.411	206.971	21.477	24.389
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.010	-	-
ITCD	119.713	115.918	119.273	115.918
PASEP/COFINS (a)	719.056	719.470	-	-
Outros	47.045	59.209	41.418	34.696
	900.588	908.607	160.691	150.614
Outros				
Regulatório	43.791	45.262	29.558	21.070
Cível	35.041	13.732	2.732	2.202
Recon	12.836	13.392	11.630	11.653
Bloqueio Judicial	107.335	91.685	53.483	50.172
Outros (b)	137.816	108.062	9.870	15.621
	336.819	272.133	107.273	100.718
	1.452.818	1.387.711	289.441	275.721

(a) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 16.

(b) Refere-se principalmente a valores bloqueados pela justiça, relativo a processos diversos.

10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

A composição do FIDC é como segue:

	30/09/2012	31/12/2011
Quotas seniores de propriedade de terceiros	682.936	819.997
Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	1.079.424	1.001.179
Dividendos retidos pelo Fundo	-	8.899
	1.079.424	1.010.078
TOTAL	1.762.360	1.830.075

A movimentação do FIDC no ano de 2012 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.830.075
Atualização monetária das quotas seniores	59.995
Atualização monetária das quotas subordinadas	69.345
Amortização das quotas seniores	(197.055)
Saldo em 30 de setembro de 2012	1.762.360

Negociação para quitação antecipada da CRC

O Governo do Estado de Minas Gerais pretende antecipar o pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor deverá ser aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

O Governo do Estado de Minas Gerais está concluindo as aprovações finais junto ao Governo e Senado Federal para obtenção dos financiamentos externos que viabilizarão a operação, sendo esperada a quitação antecipada do Contrato CRC no 4º trimestre de 2012, quando os efeitos financeiros da operação serão registrados no resultado da Companhia.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011, os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas em conjunto estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas em conjunto e a ANEEL.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Concessões de Distribuição	4.814.548	3.331.311
Concessões de Gás	352.100	304.616
Concessões de Transmissão novas	5.222.776	5.503.592
Concessões de Transmissão antigas	792.957	758.338
	11.182.381	9.897.857
Ativo Circulante	787.949	1.120.035
Ativo não Circulante	10.394.432	8.777.822

A movimentação dos ativos refere-se basicamente a atualização financeira dos ativos de transmissão.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Redução de Participação Taesa	Saldo em 30/09/2012
Ativos Financeiros da Concessão	9.897.857	2.494.281	(539.812)	(669.945)	11.182.381

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Cemig Geração e Transmissão	129.672	109.517	5.941.730	5.086.076
Cemig Distribuição	-	-	2.822.208	2.656.463
Light	17.739	-	1.153.686	1.160.184
Cemig Telecom	-	-	287.020	287.909
Gasmig	-	-	520.876	444.991
Gasmig (investimento em curso)	-	67.223	-	67.223
Rosal Energia	-	-	149.210	158.676
Sá Carvalho	-	-	123.656	123.571
Horizontes Energia	-	-	77.749	73.203
Usina Térmica Ipatinga	-	-	25.921	37.577
Cemig PCH	-	-	92.029	95.228
Cemig Capim Branco Energia	-	-	44.476	42.592
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	25.912	24.020
UTE Barreiro	-	-	28.911	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	14.201	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	3.127	239
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	11.576	10.525
Transchile	-	-	46.854	42.850
Efficientia	-	-	13.410	11.334
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	6.014	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	24.012	20.912
Cemig Trading	-	-	23.644	13.008
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	132.036	132.203
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	301.038	307.211
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	72.162	73.432
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	681.214	672.559
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	46.023	44.983
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	5.193	4.253
Cemig Serviços	-	-	824	2.310
Parati	4.405	-	372.243	358.459
	151.816	176.740	13.046.955	11.994.523

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2011	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Aquisições, aportes e redução de capital	Dividendos	30/09/2012
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	1.461.702	(315)	-	(605.733)	5.941.730
Cemig Distribuição	2.656.463	409.311	-	-	(243.566)	2.822.208
Cemig Telecom	287.909	(889)	-	-	-	287.020
Rosal Energia	158.676	10.640	-	-	(20.106)	149.210
Sá Carvalho	123.571	21.471	-	-	(21.386)	123.656
GASMIG (*)	444.991	40.810	-	65.081	(30.006)	520.876
Gasmig - investimento em curso (*)	67.223	-	-	(67.223)	-	-
Horizontes Energia	73.203	10.484	-	-	(5.938)	77.749
Usina Térmica Ipatinga	37.577	8.247	-	(15.000)	(4.903)	25.921
Cemig PCH	95.228	11.801	-	-	(15.000)	92.029
Cemig Capim Branco Energia	42.592	32.343	-	-	(30.459)	44.476
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	3.959	-	-	(2.067)	25.912
UTE Barreiro	23.034	5.877	-	-	-	28.911
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	2.131	-	-	(1.080)	14.201
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	1.920	968	-	-	3.127
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	1.844	-	-	(793)	11.576
Transchile	42.850	305	3.699	-	-	46.854
Efficientia	11.334	6.305	-	-	(4.229)	13.410
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	293	-	-	(627)	6.014
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	3.100	-	-	-	24.012
Light	1.160.184	59.407	-	-	(65.905)	1.153.686
Cemig Trading	13.008	23.452	-	-	(12.816)	23.644
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	13.221	-	-	(13.388)	132.036
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	23.433	-	-	(29.606)	301.038
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	6.296	-	-	(7.566)	72.162
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	53.695	-	-	(45.040)	681.214
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	3.531	-	-	(2.491)	46.023
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	940	-	-	-	5.193
Cemig Serviços	2.310	(1.486)	-	-	-	824
Parati	358.459	14.639	-	-	(855)	372.243
	11.994.523	2.228.782	4.352	(17.142)	(1.163.560)	13.046.955

(*) Aquisição complementar de participação na Gasmig

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, a ser ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, que será elaborado por instituição especializada, a ser escolhida e contratada pela Cemig.

Após a elaboração do laudo, foi constatado que a participação adquirida vale R\$65.081, representando um pagamento efetuado a maior de R\$2.142, a ser restituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, registrado em "outros créditos".

No dia 09 de julho de 2012 foi assinado pelo representante do Estado de Minas Gerais, o livro de transferência de ações da Gasmig, representando este ato a transferência de titularidade de 10.781.736 ações ordinárias nominativas e 7.132.773 ações preferenciais nominativas que estavam em poder do Estado para a Cemig. A partir desta data a Companhia passou a deter a participação de 59,57% da Gasmig.

- b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2012			Janeiro a setembro de 2012	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.941.730	605.733	1.461.702
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.822.208	243.566	409.311
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.260.787	252.901	292.289
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.020	-	3.922
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	136.778	20.106	14.785
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	123.656	21.386	21.471
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	824.756	54.369	72.870
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	77.748	5.939	10.484
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	25.921	4.903	8.247
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	92.029	15.000	11.801
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	44.476	30.459	32.343
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	103.648	8.268	15.837
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	28.911	-	5.877
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	59.172	4.500	59.172
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	3.127	-	1.920
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	47.249	3.237	7.528
Transchile	56.407.271	49,00	123.174	95.610	-	801
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	13.410	4.229	6.305
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.014	627	293
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	47.083	-	6.080
Cemig Trading	160.297	100,00	160	23.644	12.816	23.452
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	27.000.000	49,98	97.187	177.554	26.785	35.478
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	177.042	359.566	59.222	80.212
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	81.766	15.135	16.248
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	92.000.000	49,98	386.838	297.420	90.106	180.026
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	134.057	13.049	32.221
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	10.598	-	1.488
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	825	-	(1.485)
Parati	1.462.910.601	25,00	1.432.910	1.488.972	-	55.867

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Cemig Geração e Transmissão celebrou um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a sua controlada em conjunto Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig Geração e Transmissão na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE (considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa possui 49,98% das ações da EATE) (em conjunto “Grupo TBE”).

Neste mesmo acordo, a Cemig transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a referida aquisição deverá ser aprovada pelo CADE.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela Cemig. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira à Cemig a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Instrumento particular de assunção de obrigações – alteração acordos de acionistas

Em 29 de junho de 2012 a controlada em conjunto indireta Taesa, juntamente com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a Cemig e com a Cemig Geração e Transmissão das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações (“Instrumento”). O Instrumento determina que em 02 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Taesa, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Taesa. Com base no exposto, a Taesa entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando deter influência significativa nestas empresas.

Aquisição das empresa TBE - aprovações até o momento

Em 25 de julho de 2012, foi protocolado junto à ANEEL o pedido de anuência prévia para a transferência de percentual acionário das concessões, objeto de reestruturação societária. Em 04 de outubro de 2012, a Companhia atualizou a documentação encaminhada à ANEEL, de forma a prosseguir com o processo em evidência. Atualmente o processo encontra-se em análise da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL, que deverá manifestar seu posicionamento acerca da operação até dezembro do corrente ano.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da Unisa pela Taesa

Em 03 de julho de 2012, a Taesa concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela Taesa e a Abengoa e, em 03 de julho de 2012, passou a ser uma subsidiária integral da Taesa. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$ 876.865, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$ 903.910, que contempla a variação acumulada da SELIC até a data da conclusão da operação, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.045 na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Nova emissão de ações pela Taesa

No dia 19 de julho de 2012, a Controlada indireta em Conjunto Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Após o aumento de capital, a Taesa passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652, dividido em e 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital, composta de 97.690.743 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais, conforme segue:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	230.517.711	100,00%	113.981.196	100,00%	344.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA	97.690.743	42,38%	51.683.548	45,34%	149.374.291	43,36%

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%

Efeitos no resultado decorrentes da Oferta Pública de Ações da Taesa

Conforme mencionado anteriormente, a Taesa fez uma emissão de ações pelo valor de R\$65, sendo que esse valor era superior ao valor patrimonial das ações da Taesa antes da emissão, mesmo com a inclusão no cálculo da mais valia da concessão apurada no processo de aquisição de participação acionária na Taesa pela Cemig Geração e Transmissão. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$253.538, registrado no 3º trimestre de 2012 no resultado da Companhia.

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. - MESA é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME. A MESA encontra-se em fase pré-operacional necessitando, portanto, de suporte financeiro de seus controladores em conjunto. O Aporte de R\$217.073 decorre de integralizações realizadas no exercício de 2012, devidamente aprovadas em Atas específicas, em consonância com o plano de investimentos aprovado na Comunicação de Resolução do Conselho de Administração - CRCA 089/07.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de setembro de 2012, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.943.146. O efeito proporcional na Companhia é de R\$194.315. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2012, R\$13.800.064, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de setembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.380.006.

Aquisição de participação na Guanhães Energia S.A. (controle em conjunto)

Em 28 de agosto de 2012, a controlada Light Energia S.A. finalizou a operação de aquisição de participação na Guanhães Energia, onde adquiriu 51% das ações ordinárias, que pertenciam a Investminas Participações S.A. A Guanhães Energia foi criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. A Guanhães Energia S.A. é controlada em conjunto pela controlada Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$26.586. A diferença entre o valor pago de R\$26.586 e o valor contábil de R\$10.357 refere-se à mais valia da concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Diluição de participação na Renova Energia S.A, controlada da Light.

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia S.A. e a BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressaria no capital social da Renova Energia.

Em 26 de setembro de 2012, foi finalizada a operação onde foram subscritas e integralizadas 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais pela BNDESPAR, decorrentes da cessão gratuita do direito de preferência por RR Participações S.A., Light Energia S.A. e InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações à BNDESPAR no âmbito do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$9,3334 por ação, totalizando R\$314.702.

Após a entrada da BNDESPAR no capital social da Renova Energia S.A., o percentual de participação da controlada Light Energia S.A. na Renova Energia S.A. passou de 25,9% para 22,0%. Essa operação gerou um ganho de equivalência patrimonial na controlada Light Energia de R\$43.052.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	19.899.843	(12.187.114)	7.712.729	19.052.126	(12.022.438)	7.029.688
Terrenos	423.470	-	423.470	424.728	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	8.610.213	(5.134.874)	3.475.339	7.990.344	(5.035.301)	2.955.043
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.463.030	(1.582.352)	880.678	2.319.093	(1.560.550)	758.543
Máquinas e Equipamentos	8.323.400	(5.407.689)	2.915.711	8.233.445	(5.362.640)	2.870.805
Veículos	20.996	(13.829)	7.167	25.775	(16.017)	9.758
Móveis e Utensílios	58.734	(48.370)	10.364	58.741	(47.930)	10.811
Em Curso	1.039.572	-	1.039.572	1.632.103	-	1.632.103
Ativos em Formação	1.039.572	-	1.039.572	1.632.103	-	1.632.103
Imobilizado Líquido - Consolidado	20.939.415	(12.187.114)	8.752.301	20.684.229	(12.022.438)	8.661.791

A redução dos ativos em formação refere-se principalmente a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em 30 de março de 2012.

Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição /Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2012
Em Serviço	7.029.688	995.102	(6.733)	(305.328)	7.712.729
Terrenos	424.728	(1.258)	-	-	423.470
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.955.043	628.379	(1)	(108.082)	3.475.339
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	758.543	147.825	(18)	(25.672)	880.678
Máquinas e Equipamentos	2.870.805	218.992	(5.629)	(168.457)	2.915.711
Veículos	9.758	92	(1.083)	(1.600)	7.167
Móveis e Utensílios	10.811	1.072	(2)	(1.517)	10.364
Em Curso	1.632.103	(592.531)	-	-	1.039.572
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.661.791	402.571	(6.733)	(305.328)	8.752.301

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

A Companhia processou as alterações das taxas e recalculou o valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão, Cemig Distribuição 2016 e Light 2026, e do montante atribuível ao Ativo Intangível. Este recálculo resultou na reclassificação de R\$437.720 da conta de Ativo Intangível para o Ativo Financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo imobilizado encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$50.406 em 30 de setembro de 2012 (R\$45.929 em 30 de setembro de 2011).

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.

14. INTANGÍVEL

Controladora	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.886	(3.360)	526	3.799	(3.149)	650
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	3.794	(3.274)	520	3.711	(3.064)	647
Marcas e Patentes	9	(3)	6	5	(2)	3
Direito Exploração de Concessão	83	(83)	-	83	(83)	-
Em Curso	497	-	497	7	-	7
Ativos em formação	497	-	497	7	-	7
Intangível Líquido - Controladora	4.383	(3.360)	1.023	3.806	(3.149)	657

Consolidado	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	10.711.656	(7.262.469)	3.449.187	10.448.490	(6.709.432)	3.739.058
Com Vida Útil Definida						
Servidão	36.069	(1.720)	34.349	34.248	(1.585)	32.663
Contrato oneroso de concessão	51.908	(9.842)	42.066	31.974	(8.742)	23.232
Direito Exploração de Concessão	10.403.576	(7.078.064)	3.325.512	10.202.921	(6.556.363)	3.646.558
Outros	220.103	(172.843)	47.260	179.347	(142.742)	36.605
Em Curso	1.166.247	-	1.166.247	1.522.123	-	1.522.123
Ativos em formação	1.166.247	-	1.166.247	1.522.123	-	1.522.123
Intangível Líquido - Consolidado	11.877.903	(7.262.469)	4.615.434	11.970.613	(6.709.432)	5.261.181

A movimentação do ativo intangível consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2012
Em Serviço	3.739.058	-	(18.619)	(382.816)	111.564	3.449.187
Com Vida Útil Definida						
- Serviço	32.663	-	-	(134)	1.820	34.349
- Concessão Onerosa	23.232	-	(1.220)	(960)	21.014	42.066
- Ativos de Concessão	3.646.558	-	(17.399)	(374.921)	71.274	3.325.512
- Outros	36.605	-	-	(6.801)	17.456	47.260
Em Curso	1.522.123	1.267.009	-	-	(1.622.885)	1.166.247
- Ativos em Formação	1.522.123	1.267.009	-	-	(1.622.885)	1.166.247
Intangível Líquido - Consolidado	5.261.181	1.267.009	(18.619)	(382.816)	(1.511.321)	4.615.434

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição, gás e geração eólica que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$12.691 em 30 de setembro de 2012 (R\$43.128 em 30 de setembro de 2011)

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	223.990	198.280
Furnas	53.950	55.464
CCEE	146.020	40.326
UTE Norte Fluminense	38.186	38.392
Leilões de Energia	46.053	63.904
Outros	459.944	364.907
	968.143	761.273
Materiais e Serviços	471.608	428.575
	1.439.751	1.189.848

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária decorrente da aplicação do CPC 01 e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS	379.496	329.696	18.091	18.091
COFINS	99.992	94.662	1.405	11.636
PASEP	21.510	20.742	305	2.526
INSS	24.058	24.641	1.654	2.130
Outros	38.336	46.812	977	1.357
	563.392	516.553	22.432	35.740
Não Circulante				
COFINS	693.596	683.332	-	-
PASEP	150.539	148.355	-	-
Outros	140.974	65.400	-	-
	985.109	897.087	-	-
	1.548.501	1.413.640	22.432	35.740

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	121.092	86.753
Contribuição Social	51.579	42.631
	172.671	129.384

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente de ativos e passivos, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				30/09/2012		31/12/2011	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6%	US\$	25.822	-	25.822	46.989
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	6.698	23.906	30.604	34.826
BNP Paribas	2012	5,89%	EURO	-	-	-	1.387
KfW	2016	4,50%	EURO	1.809	6.027	7.836	8.028
Tesouro Nacional (10)	2024	Diversas	US\$	3.291	11.496	14.787	16.893
Banco Inter Americano del Desarrollo (7)	2026	2,12%	US\$	1.911	35.662	37.573	35.529
BNP 36 MM - Euros	2014	3,98%	EURO	525	29.670	30.195	27.882
Merrill Lynch - Us\$ 50 MM	2016	2,59%	US\$	128	32.971	33.099	30.570
Citi Bank - Us\$ 100 MM	2018	2,46%	US\$	171	65.940	66.111	-
BID (16)	2022	Libor + Spread 1,7 a 2,2%aa	US\$	6.477	79.463	85.940	52.902
BID (16)	2023	Libor + Spread 1,5 a 1,88%aa	US\$	14.026	134.995	149.021	92.561
Outros	2019	Diversas	Diversas	8.061	3.060	11.121	11.340
Divida em Moeda Estrangeira				68.919	423.190	492.109	358.907
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	4.968	197.246	202.214	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80% do CDI	R\$	602.065	-	602.065	591.951
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	30.544	14.667	45.211	56.844
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	130.458	-	130.458	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	443.196	800.000	1.243.196	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	770.506	-	770.506	706.796
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08% do CDI		652.544	-	652.544	-
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	102.392	364.964	467.356	436.637
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	107.021	-	107.021	99.779
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70%	R\$	82.987	29.190	112.177	158.837
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70%	R\$	1.006	868	1.874	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	25.738	316	26.054	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	7.919	97.928	105.847	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70%	R\$	527	455	982	1.550
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	103.400	37.857	141.257	198.181
Bradesco S.A. (2)	2012	106,00% do CDI	R\$	1.068.440	-	1.068.440	990.142
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50% a 8,50%	R\$	14.076	2.149	16.225	25.603
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00% a 8,00%	R\$	73.871	331.596	405.467	428.238
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	20.242	-	20.242	40.451
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70%	R\$	80.564	12.559	93.123	161.272
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70%	R\$	19.151	-	19.151	40.085
Itaú e Bradesco (4)	2015	CDI + 1,70%	R\$	191.137	491.799	682.936	819.996
Banco do Brasil S.A. (8)	2020	TJLP + 2,55%	R\$	683	20.037	20.720	22.768
UNIBANCO S.A (8)	2020	TJLP + 2,55%	R\$	187	5.056	5.243	5.768
CCB Bradesco S.A (5)	2017	CDI + 0,85%	R\$	38.696	121.778	160.474	149.820
ABN AMRO Real S.A. (5)	2014	CDI + 0,95%	R\$	158	25.980	26.138	27.005
BNDES – (5)	2019	TJLP	R\$	69.983	320.334	390.317	371.729
Banco Itaú	2012	100% cdi + 0,97% a.a	R\$	9.038	-	9.038	-
BNDES (11)	2033	TJLP + 2,40%	R\$	1.182	370.448	371.630	349.505
BNDES – Repasse (11)	2033	TJLP	R\$	1.410	379.067	380.477	354.783
AMAZONIA - FNO	2031	10% a.a	R\$	300	56.528	56.828	54.807
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (10)	2015	Diversas	R\$	5.562	62.667	68.229	66.932
BNDES (12)	2024	TJLP +2,15%	R\$	3.155	34.616	37.771	39.961
CEF S.A (13)	2022	TJLP + 3,50%	R\$	7.293	55.308	62.601	64.784
CEF S.A (14)	2021	TJLP + 3,50%	R\$	5.966	44.251	50.217	52.109
CEF S.A (15)	2022	TJLP + 3,50%	R\$	9.690	82.367	92.057	95.267
BNDES (16)	2019	Diversas	R\$	42.959	198.680	241.639	210.744
Sindicato de Bancos (16)	2015	CDI + 0,90%	R\$	7.050	1.756	8.806	18.462
CEF S.A (16)	2016	117,5% do CDI	R\$	1.809	4.947	6.756	10.585
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAU)	2012	105,5% do CDI	R\$	548.180	-	548.180	669.132
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAU)	2012	104% do CDI	R\$	403.517	-	403.517	-
BNDES (17)	2016	TJLP + 3,12	R\$	29.544	90.006	119.550	131.225
BNDES (18) Cemig Telecom	2017	Diversas	R\$	9.066	36.237	45.303	51.972
BNDES	2028	URTJ+1,97%	R\$	4.061	58.490	62.551	49.588
Outros	2025	Diversas	R\$	18.244	309.074	327.318	298.809
Divida em Moeda Nacional				5.750.485	4.659.221	10.409.706	9.381.612
Total de Empréstimos e Financiamento				5.819.404	5.082.411	10.901.815	9.740.519
Debêntures							
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50%	R\$	12.581	376.328	388.909	372.697
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9)	2031	IGP-M	R\$	-	51.227	51.227	46.896
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	32.536	519.147	551.683	502.648
Debêntures (6)	2012	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	1.754.714
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68%	R\$	506.910	885.469	1.392.379	1.367.937
Debêntures	2017	CDI + 0,90%	R\$	27.790	479.835	507.625	-
Debêntures	2022	IPCA + 6,20%	R\$	29.622	685.047	714.669	-
Debêntures	2019	IPCA + 6,20%	R\$	8.547	204.544	213.091	-
Debêntures I e IV (5) (6)	2015	TJLP + 4,00%	R\$	7	10	17	22
Debêntures V (5) (6)	2014	CDI + 1,50%	R\$	77.169	118.676	195.845	241.759
Debêntures VII (5) (6)	2016	CDI + 1,35%	R\$	8.166	210.555	218.721	214.400
Debêntures VI I (5) (6)	2026	Cdi + 1,18%	R\$	703	152.629	153.332	-
Debêntures LIGHT ENERGIA I (5) (6)	2016	CDI + 1,45%	R\$	2.522	55.594	58.116	57.074
Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6)	2019	Cdi + 1,18%	R\$	1.295	137.482	138.777	137.487
Debêntures LIGHT ENERGIA III (5) (6)	2026	Cdi + 1,18%	R\$	45	9.742	9.787	-
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30	R\$	3.138	7.790	10.928	13.281
Debêntures (11)	2013	IPCA	R\$	225.329	-	225.329	207.094
DEBENTURES (6) (19)	2016	CDI+1,30	R\$	20.830	51.693	72.523	88.148
DEBENTURES (6) (20)	2016	CDI+1,30	R\$	39.476	97.944	137.420	167.035
DEBENTURES (6) (21)	2016	112,5% do CDI	R\$	7.232	22.762	29.993	35.124
DEBENTURES (16)	2017	Diversas	R\$	105.368	535.390	640.759	832.234
Total de Debentures				1.109.267	4.601.864	5.711.130	6.038.550
Total Geral Consolidado				6.928.670	9.684.275	16.612.945	15.779.069

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) Foi contratado "swap" com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº10 nas informações contábeis consolidadas;
- (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light) e PARATI;
- (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (7) Financiamento da Transchile;
- (8) Financiamento de Cachoeirão;
- (9) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC12;
- (10) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA CATRINENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A -ECTE;
- (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A;
- (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A ;
- (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.;
- (15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VOLTA DO RIO S.A
- (16) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Taesa;
- (17) Financiamento da Gasmig;
- (18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA NORTE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.-ENTE;
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A-EATE;
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Empresa Paraense de Transmissão de Energia- ETEP.

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	26.886	51.979	33.301	35.848	37.496	71.528	53.119	141.318	451.475
Euro	1.473	1.722	31.393	1.722	1.722	-	-	-	38.032
UMBNDDES (**)	104	379	379	379	379	379	379	224	2.602
	28.463	54.080	65.073	37.949	39.597	71.907	53.498	141.542	492.109
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	282.533	566.639	479.591	666.376	173.853	173.001	102.263	787.534	3.231.790
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	24.213	67.322	69.486	61.090	49.601	40.034	35.362	58.898	406.006
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.605.374	2.044.606	1.275.405	667.614	417.494	731.514	90.378	150.049	8.982.434
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	4.406	11.819	-	-	-	-	-	-	16.225
URTJ/TJLP (*)	35.260	190.563	211.884	200.414	191.817	160.576	148.177	857.980	1.996.671
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	12.176	2.263	378.457	2.035	1.964	1.892	1.862	59.626	460.275
UMBNDDES (**)	8.673	32.648	32.614	32.548	31.459	17.171	9.966	19.321	184.400
Outros (IGP-DI, INPC-TR) (***)	4.089	1.268	1.538	855	725	725	516	-	9.716
Taxa Fixa	173.251	599.452	1.376	3.837	4.778	3.939	3.835	42.851	833.319
	4.149.975	3.516.580	2.450.351	1.634.769	871.691	1.128.852	392.359	1.976.259	16.120.836
	4.178.438	3.570.660	2.515.424	1.672.718	911.288	1.200.759	445.857	2.117.801	16.612.945

- (*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.
(**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDDES.
(***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada De Jan a Set de 2012	Varição Acumulada no 3º Trimestre 2012	Varição Acumulada De Jan a Set de 2011	Varição Acumulada no 3º Trimestre 2011
Dólar Norte-americano	8,25%	0,46%	11,30%	18,79%
Euro	7,26%	1,96%	11,93%	10,02%

Indexadores	Varição Acumulada De Jan a Set de 2012	Varição Acumulada no 3º Trimestre 2012	Varição Acumulada De Jan a Set de 2011	Varição Acumulada no 3º Trimestre 2011
IGP-M	7,09%	3,78%	4,15%	0,97%
IPCA	3,77%	1,42%	4,98%	1,06%
CDI	6,59%	1,91%	8,69%	3,01%
FINEL	1,39%	0,75%	0,82%	0,19%

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.779.069	1.030.227
Aquisição de Controladas – saldos iniciais de consolidação	229.026	-
Redução de Participações em Controladas	(455.284)	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.029.190	-
Variação monetária e cambial	195.530	-
Encargos financeiros provisionados	934.407	80.545
Encargos financeiros pagos	(736.788)	(4.784)
Capitalização	867	-
Amortização de financiamentos	(3.363.072)	(18.397)
Saldo em 30 de setembro de 2012	16.612.945	1.087.591

a) Emissões de notas promissórias da Cemig Distribuição

A Cemig Distribuição realizou, no dia 02 de julho de 2012, sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor total de R\$640 milhões.

Foram emitidas 64 notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10 milhões de reais (“Notas Promissórias”), com vencimento em 27 de junho de 2013. As Notas Promissórias são remuneradas por juros correspondentes a 104,08% da Taxa DI. As Notas Promissórias contaram com aval da Cemig.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de junho de 2012. Os recursos captados com a Oferta foram destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados, pagamento de dívida(s) contraída(s) e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

O BB - Banco de Investimento S.A. foi o Coordenador Líder da Oferta.

b) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

c) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As captações de recursos durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
Citibank	2018	Libor+1,66%	52.648
Citibank	2018	Libor+1,66%	12.950
Total Captações em Moeda Estrangeira			65.598
Moeda Nacional			
Debêntures	2017	CDI+0,90	483.950
Debêntures	2022	IPCA+6,20	676.653
Debêntures	2019	IPCA+6,00	201.865
Nota Promissória Bradesco	2012	103 do CDI	1.000.000
CEF	2034	TJLP+3,8	500
Nota Promissória BB-BI	2013	104 do CDI	392.335
Santander – Finame Sub crédito A	2022	5,50%	315
BNDES	2028	URTJ+1,97	11.760
Banco do Brasil S/A	2013	104,08 do CDI	640.000
Banco do Brasil S/A	2017	108,33 do CDI	196.247
Eletrobrás	2023	6%	15.250
Eletrobrás	2023	6%	15.250
Eletrobrás	2016	6,50%	1.720
Bradesco XI e XII	2017	2,20+CDI	6.370
Votorantim I a V	2012	2,20 a 3,00 do CDI	6.860
Debêntures - Votorantim	2017	1,6+CDI	24.500
Debêntures - Pine	2017	1,6+CDI	19.600
Pine I a III	2012	2,20+CDI	2.940
HP	2017	12,55 a 13,13	967
HP	2017	3,05 a 3,16 + CDI	3.281
Ativas Participações	2012	2,49 +CDI	1.133
Ale Participações	2012	2,49 +CDI	838
Samor Participações	2012	2,49 +CDI	492
Banco Itaú	2012	100 cdi + 0,97 a.a	8.946
Banco Itaú	2012	CDI+1,86	1.316
Banco Itaú	2012	CDI+1,45	8.573
BNDES	2026	URTJLP - TJLP 6% + 1,97% aa	11.916
BNDES - Capex 11/12 Subcred.2	2019	TJLP + 1,81%	8.601
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	2019	TJLP + 2,21%	12.380
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	2019	TJLP + 3,21%	12.380
BNDES - Capex 11/12 L.Energia	2018	TJLP + 1,81%	6.924
BNDES - Light Ger	2028	TJLP + 1,97%	3.190
BNDES - PROESCO 7ª captação	2017	TJLP + 1,81%	1.744
Renova Energia - BNDES TJLP+1,92%	2029	TJLP + 1,92%	9.339
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	2026	CDI + 1,18%	122.249
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	2026	CDI + 1,18%	7.819
BNDES - Capex 11/12 Subcred.2	2019	TJLP + 1,81%	2.116
BNDES - Capex 11/12 Subcred.3	2019	TJLP + 2,21%	3.045
BNDES - Capex 11/12 Subcred.4	2019	TJLP + 3,21%	3.045
BNDES - Capex 11/12 L.Energia	2018	TJLP + 1,81%	1.703
BNDES - Light Ger	2028	TJLP + 1,97%	785
BNDES - PROESCO 7ª captação	2017	TJLP + 1,81%	429
Renova Energia - BNDES TJLP+1,92%	2029	TJLP + 1,92%	2.297
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	2026	CDI + 1,18%	30.046
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	2026	CDI + 1,18%	1.923
Total Captações em Moeda Nacional			3.963.592
Total Geral Consolidado			4.029.190

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR	88.032	58.930
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	38.256	68.492
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	56.679	45.436
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.796	4.631
Eficiência Energética	156.380	147.724
Pesquisa e Desenvolvimento	197.864	216.524
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.850	4.093
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.994	7.803
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.298	22.772
Encargo de Capacidade Emergencial	49.266	49.319
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	4.121	3.500
	613.743	630.431
Passivo Circulante	353.334	368.229
Passivo Não Circulante	260.409	262.202

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ					
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	41.697	29.710	1.625	26.919	99.951	
Despesa Reconhecida no Resultado	3.305	3.614	89	3.881	10.889	
Contribuições Pagas	(4.855)	(2.157)	(34)	(496)	(7.542)	
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2012	40.147	31.167	1.680	30.304	103.298	
Passivo Circulante					2.595	
Passivo Não Circulante					100.703	

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	846.581	355.961	567.394	30.718	486.505	2.287.159
Despesa Reconhecida no Resultado	67.129	27.806	54.371	1.080	45.043	195.429
Contribuições Pagas	(97.844)	(29.885)	(40.868)	(644)	(8.546)	(177.787)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2012	815.866	353.882	580.897	31.154	523.002	2.304.801
Passivo Circulante						95.259
Passivo Não Circulante						2.209.542

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para riscos tributários, trabalhistas, regulatórios e ambientais para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Alteração na Participação	Saldo em 30/09/2012
Trabalhistas	135.121	(6.844)	(13.584)	(119)	114.574
Cíveis					
Relações de Consumo	88.195	(18.495)	(1.336)	-	68.364
Outras ações cíveis	61.710	35.019	(14.853)	(27)	81.849
	149.905	16.524	(16.189)	(27)	150.213
Tributárias	117.637	5.457	(1.561)	1.533	123.066
Ambientais	56.635	24.825	(10.590)	-	70.870
Regulatórias	78.137	(7.248)	(3.988)	-	66.901
Outras	12.004	7.436	(1.664)	-	17.776
Total	549.439	40.150	(47.576)	1.387	543.400

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2012
Trabalhistas	58.902	(10.088)	(1.639)	47.175
Cíveis				
Relações de Consumo	35.413	(15.348)	(120)	19.945
Outras ações cíveis	16.178	3.476	(383)	19.271
	51.591	(11.872)	(503)	39.216
Tributárias	33.342	(3.336)	-	30.006
Ambientais	207	20.796	-	21.003
Regulatórias	38.210	(6.375)	(88)	31.747
Outras	3.700	2.099	(227)	5.572
Total	185.952	(8.776)	(2.457)	174.719

A Administração da Cemig acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possívelObrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$449.408 (R\$523.697 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$114.574 foram provisionados (R\$135.121 em 31 de dezembro de 2011).

Relações de Consumo

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais decorrentes, principalmente, de incidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$85.088 (R\$189.088 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$68.364 foram provisionados (R\$88.195 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre essas ações há processos relativos ao acidente ocorrido em 27 de fevereiro de 2011 na cidade de Bandeira do Sul. Vale ressaltar que a maior relevância destas ações não se relaciona, exclusivamente, aos impactos financeiros, mas, também, à exposição da imagem da Companhia.

Regulatórias – Majoração Tarifária (Plano Cruzado)

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a Companhia e suas controladas, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal, denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$36.782 (R\$47.124 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$31.974 foram provisionados (R\$37.824 em 31 de dezembro de 2011).

Impostos e Demais Contribuições – FINSOCIAL

A União Federal ajuizou ação rescisória contra a Cemig, com o objetivo de rescindir o acórdão proferido na ação rescisória ajuizada, anteriormente, pela Cemig, onde se discute o FINSOCIAL, com o argumento de que a ação ajuizada pela Cemig foi protocolada após o prazo decadencial de dois anos. O valor, estimado, da contingência é de R\$94.871 (R\$90.063 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$22.341 foram provisionados (R\$22.137 em 31 de dezembro de 2011).

Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$148.141 (R\$79.468 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$70.870 foram provisionados pela Companhia (R\$56.635 em 31 de dezembro de 2011).

A Santo Antônio Energia constituiu provisões socioambientais relativas às estimativas dos gastos que serão incorridos a fim de mitigar os impactos ambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos na Licença de Instalação nº 540 de 2008, no valor de R\$446.850 (R\$452.643 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$44.685 (R\$45.264 em 31 de dezembro de 2011). Os gastos ambientais provisionados foram registrados em contrapartida ao custo do Imobilizado em Curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento, e não recolhidos, estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte desses valores representa risco de perda provável, provisionada no montante de R\$111.794 (R\$104.938 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$36.320 (R\$34.092 em 31 de dezembro de 2011).

A Gasmig constituiu provisão relativa a créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede e da incidência sobre a base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$35.331 (R\$28.838 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$21.047 (R\$15.916 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig Distribuição, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado; a Cemig foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$444.344 (R\$434.004 em 31 de dezembro de 2011).

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor de R\$119.700, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$201.767 (R\$191.770 em 31 de dezembro de 2011).

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Companhia, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Companhia recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$147.377 (R\$140.875 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$834.215 (R\$780.723 em 31 de dezembro de 2011).

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$363.308 (R\$450.913 em 31 de dezembro de 2011).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia é parte em processo administrativo que envolve pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, indetificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária, no valor aproximado, de R\$396.564 (R\$296.377 em 31 de dezembro de 2011).

PIS/COFINS

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões e despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Receita Federal do Brasil entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência era de R\$81.112 em 31 de dezembro de 2011, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos nossos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência era de R\$41.039 em 31 de dezembro de 2011, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos nossos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cemig Distribuição referente à tributação na CSLL do período de apuração 2008/2009, por contestar a constituição de crédito tributário em relação a doações e patrocínios de caráter cultural e artístico, multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa, realizada pela Companhia com base em pareceres emitidos por seus consultores e assessores jurídicos. O valor da contingência era de R\$61.745 em 30 de junho de 2012, e teve a sua probabilidade de perda alterada para remota pelos nossos assessores jurídicos, em decorrência da Companhia acreditar possuir argumentos de mérito para sua defesa.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Companhia utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

Aneel instaurou processo administrativo contra a Companhia, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Companhia não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.050.206 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig é ré em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$1.177.216 (R\$1.183.402 em 31 de dezembro de 2011).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$132.429 (R\$123.900 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$130.236 (R\$122.531 em 31 de dezembro de 2011).

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$156.306 (R\$1.061.804 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências Fiscais da Light SESA

As contingências fiscais com probabilidade de perda considerada possível pela Light SESA, correspondem a: exigência do IRPJ e da CSLL sobre os lucros auferidos pela LIR e LOI desde 1996 (Em 07 de agosto de 2012, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf cancelou a autuação, cujo montante quantificável era de R\$172.924, valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light); multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de baixa-renda; ICMS sob perdas comerciais; Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos – TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa; IRRF sobre valores pagos pela Light SESA a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente; Auto de Infração para cobrar ICMS, em razão da utilização de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. na aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro; glosa de compensação efetuada para fins de quitação de débitos de COFINS. Essas causas somam R\$981.073 (R\$859.568 em 31 de dezembro de 2011), valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$736.498 (R\$523.362 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da controlada em conjunto.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito em julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$201.041 (R\$195.263 em 31 de dezembro de 2011), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$4.265.091, representado por 372.837.085 ações ordinárias e 480.181.143 preferenciais ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

Em 27 de abril de 2012, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$3.412.073 para R\$4.265.091 com emissão de 170.603.646 novas ações, mediante a capitalização de R\$821.527 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$31.491 provenientes da incorporação das parcelas do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram de R\$2,80 e R\$2,50 respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

O número médio ponderado de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Média Ponderada de ações	30/09/2012	30/09/2011
Saldo em 1º de janeiro		
Ações ordinárias	298.269.668	298.269.668
Ações preferenciais	384.144.914	384.144.914
	682.414.582	682.414.582
Efeito de emissão de ações em abril de 2012		
Ações ordinárias	74.567.417	-
Ações preferenciais	96.036.229	-
	170.603.646	-
Média ponderada de ações em 30 de setembro		
Ações ordinárias	339.696.011	298.269.668
Ações preferenciais	437.498.375	384.144.914
	777.194.386	682.414.582

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

22. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	13.636.459	12.172.039
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.559.508	1.464.781
Receita de Concessão de Transmissão	1.295.023	1.078.507
Receita de Construção de Distribuição	1.133.424	899.225
Receita de Construção de Transmissão	97.333	65.472
Transações com energia na CCEE	351.219	150.017
Outras Receitas Operacionais (b)	982.343	738.481
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (c)	(5.682.841)	(5.138.451)
Receita Operacional Líquida	13.372.468	11.430.071

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*) (não auditado)		R\$	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Residencial	8.581.433	8.084.461	4.616.085	3.990.704
Industrial	19.358.060	19.448.044	3.408.561	3.229.166
Comércio, Serviços e Outros	5.856.278	5.209.218	2.592.838	2.230.074
Rural	2.104.330	1.964.539	575.011	520.928
Poder Público	988.517	892.066	444.041	389.731
Iluminação Pública	1.094.479	1.022.971	292.391	262.144
Serviço Público	1.150.304	1.077.285	342.551	312.372
Subtotal	39.133.401	37.698.584	12.271.478	10.935.119
Consumo Próprio	46.440	42.932	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	24.804	37.549
	39.179.841	37.741.516	12.296.282	10.972.668
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	10.198.778	10.500.241	1.315.319	1.180.555
Vendas no Proinfra	83.035	65.043	24.858	18.816
Total	49.461.654	48.306.800	13.636.459	12.172.039

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição

Em 8 de abril de 2012, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 5,24%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 2,90% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,34%, que vigorará até abril de 2013. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2011, de 2,39%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 3,85% (não auditado).

b) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento de Gás	546.593	421.989
Serviço Taxado	13.688	11.230
Serviço de Telecomunicações	121.786	117.186
Prestações de Serviços	96.832	76.325
Aluguel e Arrendamento	73.098	46.727
Subvenções (*)	123.796	63.636
Outras	6.550	1.388
	982.343	738.481

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.927.461	2.616.639
COFINS	1.220.863	1.105.380
PIS-PASEP	265.179	239.991
Outros	5.356	4.061
	4.418.859	3.966.071
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	222.957	142.438
Programa de Eficiência Energética – PEE	24.240	31.255
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	454.609	383.398
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	456.147	525.687
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	34.947	28.808
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	30.119	25.340
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	22.697	12.732
Encargos de Capacidade Emergencial	-	241
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	18.266	22.481
	1.263.982	1.172.380
	5.682.841	5.138.451

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal (a)	972.818	897.304	32.784	35.667
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	177.494	70.749	13.288	2.105
Obrigações Pós-emprego	100.493	92.662	7.583	6.326
Materiais	56.181	64.581	93	158
Serviços de Terceiros (b)	777.766	721.268	8.895	5.545
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.111.593	3.202.886	-	-
Depreciação e Amortização	711.952	724.779	279	262
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	140.036	113.077	-	-
Provisões (Reversão) Operacionais (d)	130.508	207.185	(8.817)	17.986
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	623.803	608.543	-	-
Gás Comprado para Revenda	356.028	235.785	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura	1.227.532	961.988	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	330.093	235.852	23.512	14.107
	9.716.297	8.136.659	77.617	82.156

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Remunerações e Encargos	884.587	821.495	31.133	32.187
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	48.649	45.562	3.135	2.830
Benefícios Assistenciais	96.289	91.751	2.834	2.745
	1.029.525	958.808	37.102	37.762
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	20.010	12.532	340	3.579
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(76.717)	(74.036)	(4.658)	(5.674)
	972.818	897.304	32.784	35.667

b) Serviço de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	136.380	126.174	-	-
Comunicação	75.621	62.950	715	1.364
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos				
Elétricos	176.368	139.627	59	57
Conservação e Limpeza de Prédios	54.570	47.774	72	40
Mão de Obra Contratada	23.647	37.512	356	220
Fretes e Passagens	8.986	8.104	1.308	1.286
Hospedagem e Alimentação	13.436	14.115	250	266
Vigilância	17.062	16.144	-	-
Consultoria	29.096	13.006	3.295	328
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	27.581	43.822	37	51
Manutenção e Conservação de Veículos	8.506	15.563	28	24
Corte e Religação	31.436	41.897	-	-
Meio Ambiente	20.022	17.927	-	-
Serviços de Reprografia	7.471	6.124	96	132
Serviços de Poda de Árvores	18.513	17.430	-	-
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	14.374	7.047	2.283	285
Limpeza de Faixas	28.018	24.743	-	-
Outros	86.679	81.309	396	1.492
	777.766	721.268	8.895	5.545

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Energia de Itaipu Binacional	648.355	668.341
Energia de curto prazo	548.036	278.521
PROINFA	169.110	149.053
Contratos Bilaterais	215.232	390.536
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.372.683	1.493.380
Energia adquirida no Ambiente Livre	457.729	468.560
Créditos de PASEP-COFINS	(299.552)	(245.505)
	4.111.593	3.202.886

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Prêmio de Aposentadoria	(1.621)	8.052	69	(280)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	109.420	103.000	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	(6.844)	16.835	(10.088)	-
Cíveis	13.575	48.930	(11.778)	19.137
Tributárias	(7.814)	-	(3.540)	-
Ambientais	24.825	-	20.796	-
Regulatórias	(7.248)	19.629	(6.375)	(5.199)
Outras	6.215	10.739	2.099	4.328
	22.709	96.133	(8.886)	18.266
	130.508	207.185	(8.817)	17.986

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Arrendamentos e Aluguéis	78.557	62.940	595	619
Propaganda e Publicidade	5.520	9.807	348	471
Consumo Próprio de Energia Elétrica	10.517	15.256	-	-
Subvenções e Doações	21.845	19.913	639	1.519
Taxa de Fiscalização da ANEEL	35.224	34.187	-	-
Concessão Onerosa	20.896	15.871	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	28.094	14.909	272	117
Seguros	8.109	6.154	1.495	630
Anuidade CCEE	4.384	4.842	2	3
FORLUZ - Custeio Administrativo	16.944	9.120	832	553
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	14.741	10.744	43	2
Exploração de blocos	8.108	-	8.108	-
Outras Despesas	77.154	32.109	11.178	10.193
	330.093	235.852	23.512	14.107

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	218.277	313.181	24.268	17.960
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	133.378	108.214	-	-
Variações Monetárias	61.371	71.144	9.242	3.967
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	122.326	117.883	-	-
Variações Cambiais	38.670	8.211	1	33
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(2.775)	(27.803)	(2.816)	(27.783)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	25.054	16.338	-	-
Rendas FIDC	-	-	62.331	42.061
Outras	75.247	32.766	5.767	4.457
	671.548	639.934	98.793	40.695
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(962.942)	(1.025.697)	(80.545)	(29.545)
Variações Cambiais	(69.089)	(18.674)	(11)	(8)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(128.119)	(112.200)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(30.161)	(17.275)	-	-
Variação Monetária – P&D e PEE	(18.979)	(26.376)	-	-
Variação Monetária - Outras	(34.495)	(19.278)	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	(1.054)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(94.935)	(81.154)	(3.305)	(4.000)
Outras	(136.827)	(104.135)	(729)	(8.841)
	(1.475.547)	(1.405.843)	(84.590)	(42.394)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(803.999)	(765.909)	14.203	(1.699)

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	4.146	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	352.781	109.215	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	10.834	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	20	20	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	166.733	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	7.018	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	63.110	19.214	-	-	-	-	-	-
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	30.006	21.329	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.289	8.918	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	4.729	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (2)	8.368	6.657	-	-	70.285	66.060	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	-	25.016	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (4)	1.762.360	1.830.075	-	-	59.995	75.822	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	144.171	265.700	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	51.227	46.896	-	-	(4.331)	(8.452)
Financiamentos – BDMG (6)	-	-	13.815	14.900	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (7)	-	-	95.259	100.591	-	-	(100.493)	(92.662)
Despesa de Pessoal (8)	-	-	-	-	-	-	(48.468)	(45.562)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(16.943)	(9.120)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (7)	-	-	2.209.542	2.186.568	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	11.222	20.658	-	-	(30.618)	(30.653)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Construção UHE Santo Antonio (11)	-	-	2.134	6.892	-	-	-	-
Mútuo (12)	-	-	30	28	-	-	-	-
Programa Luz para todos (13)	-	-	1.180	-	-	-	(2.084)	(8.581)
Não Circulante								
Construção UHE Santo Antonio (11)	4.978	4.395	-	-	-	-	-	-
Programa Luz para todos (13)	-	-	-	263	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (3) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) As operações com ICMS registradas nas Informações Contábeis Intermediárias referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (5) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 10 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (6) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste, Transleste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 19 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (9) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (12) Contrato com a Construtora Andrade Gutierrez S.A para construção da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Andrade Gutierrez S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).
- (13) O saldo refere-se à diferença na alteração do índice de remuneração do contrato de mútuo celebrado entre Andrade Gutierrez Participações S.A e Santo Antônio Energia S.A em 6 de dezembro de 2008 de IGP-M para TJLP acrescida de 3,1%, aprovada em reunião do Conselho da Administração da Santo Antônio Energia S.A realizada em 24 de fevereiro de 2010.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de setembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Remuneração	6.573	6.198
Participação nos Resultados	721	314
Benefícios Pós Emprego	506	345
Benefícios Assistenciais	84	78
Total	7.884	6.935

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 10,17,19 e 23.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais, Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), Fornecedores e Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, , exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e Depósitos Bancários	166.805	166.805	157.890	157.890
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.743.136	2.743.136	2.708.316	2.708.316
Concessionários – Transporte de Energia	495.236	495.236	438.991	438.991
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.762.360	1.762.360	1.830.075	1.830.075
Ativos Financeiros da Concessão	11.182.381	11.182.381	9.897.857	9.897.857
	16.349.918	16.349.918	15.033.129	15.033.129
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	1.196.747	1.196.747	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.371.975	2.371.975	2.704.600	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários	1.144.404	1.144.404	358.987	358.987
	3.516.379	3.516.379	3.063.587	3.063.587
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	28.206	28.206	-	-
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.452.808	1.452.808	1.196.637	1.196.637
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	815.864	815.864	846.581	846.581
Concessões a Pagar	175.638	175.638	137.687	137.687
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.612.945	16.967.692	15.779.069	15.767.142
	19.057.255	19.412.002	17.959.974	17.948.047
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	-	-	25.143	39.410

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos	451.475	318.947
Fornecedores - Eletrobrás – Energia de Itaipu	223.990	198.280
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	(28.206)	(32.312)
	<u>647.259</u>	<u>484.915</u>
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos – Euro	38.032	37.299
UMBNDDES (**)	2.602	2.661
Passivo Líquido Exposto	<u>40.634</u>	<u>39.960</u>
	<u>687.893</u>	<u>524.875</u>

(**) UMBNDES – Unidade Monetária do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2013 será de 1,38% para o Dólar (R\$2,003) e de 4,63% para o Euro (R\$2,490). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos	451.475	445.251	556.564	667.876
Fornecedores - Eletrobrás – Energia de Itaipu	223.990	220.902	276.128	331.353
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(28.206)	(27.817)	(34.771)	(41.726)
	<u>647.259</u>	<u>638.336</u>	<u>797.921</u>	<u>957.503</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Euro	38.032	36.270	45.337	54.404
Outras	2.602	2.566	3.208	3.849
	<u>40.634</u>	<u>38.836</u>	<u>48.545</u>	<u>58.253</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>687.893</u>	<u>677.172</u>	<u>846.466</u>	<u>1.015.756</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<u>10.721</u>	<u>(158.573)</u>	<u>(327.863)</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$297.973 em 30 de setembro de 2012, (R\$207.489, em 31 de dezembro de 2011).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.371.975	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.341.151	358.987
Fundos Vinculados	24.837	3.386
	<u>4.737.963</u>	<u>3.066.973</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – SELIC (Nota 18)	(8.982.434)	(9.274.474)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 18)	(3.231.790)	(2.249.647)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 18)	(460.275)	(443.018)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(28.206)	(32.312)
	<u>(13.302.705)</u>	<u>(12.599.451)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(8.564.742)</u>	<u>(9.532.478)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas em conjunto estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2013, as taxas SELIC, IPCA e IGP-M serão, respectivamente, de 7,25%, 5,56% e 4,07%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	Valor Contábil em 30/09/2012	Cenário Provável SELIC 7,25% IPCA 5,56% IGP-M 4,07%	Cenário Possível SELIC 9,06% IPCA 6,95% IGP-M 5,09%	Cenário Remoto SELIC 10,88% IPCA 8,34% IGP-M 6,11%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.371.975	2.543.943	2.586.876	2.630.046
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.341.151	2.510.885	2.553.260	2.595.868
Fundos Vinculados	24.837	26.638	27.087	27.539
	<u>4.737.963</u>	<u>5.081.466</u>	<u>5.167.223</u>	<u>5.253.453</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – SELIC (Nota 18)	(8.982.434)	(9.633.660)	(9.796.243)	(9.959.723)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 18)	(3.231.790)	(3.411.478)	(3.456.399)	(3.501.321)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 18)	(460.275)	(479.008)	(483.703)	(488.398)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(641.760)	(652.186)	(665.280)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(28.206)	(30.251)	(30.761)	(31.275)
	<u>(13.302.705)</u>	<u>(14.196.157)</u>	<u>(14.419.292)</u>	<u>(14.645.997)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(8.564.742)</u>	<u>(9.114.691)</u>	<u>(9.252.069)</u>	<u>(9.392.544)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(549.949)</u>	<u>(687.327)</u>	<u>(827.802)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de setembro de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$109.420.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em três fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas da Companhia e suas principais controladas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia igual ou superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
Risco Federal	-		7,0%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Máxima de 50%	Entre 2,8% e 7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas são exigidas semestralmente conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 das Informações Contábeis Intermediárias.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Tão importante quanto à qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os processos de gestão de riscos corporativos interagem com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	787.475	632.089	4.799.222	5.848.435	3717.816	15.785.037
Concessões a pagar	1.442	4.245	11.981	60.206	78.419	156.293
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	5.056	14.276	33.312	182.726	580.494	815.864
	793.973	650.610	4.844.515	6.091.367	4.376.729	16.757.194
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	50.044	149.218	571.551	10.492	46.603	827.908
Fornecedores	1.452.808	-	-	-	-	1.452.808
	1.502.852	149.218	571.551	10.492	46.603	2.280.716
	2.296.825	799.828	5.416.066	6.101.859	4.423.332	19.037.910

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.278.728	491.799	-	1.770.527
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	250	706	1.639	8.990	28.560	40.145
	250	706	1.280.367	500.789	28.560	1.810.672
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.867	-	-	-	-	4.867
	5.117	706	1.280.367	500.789	28.560	1.815.539

* Custo de Transação (CPC 08), a ser apropriado mensalmente no período contratual, sendo que nestes intervalos não haverá pagamento de juros, e nem de principal.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$25.054 (ganho no montante de R\$16.338 em 30 de setembro de 2011), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela Taesa. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada a uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Por meio da controlada indireta em conjunto Madeira, a Companhia possui hedge de fluxo de caixa destinado à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco associado a um ativo ou passivo ou a uma transação futura altamente provável que podem impactar, de forma significativa, o resultado da Companhia. Trimestralmente são realizadas análises, pela controlada, com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de hedge.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada Light. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da controlada indireta Light SESA é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do swap de taxas anteriormente mencionado.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição, Madeira Energia, Taesa e Light em 30 de setembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/09/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/09/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/09/2012	31/12/2011 Reclássificado	30/09/2012	30/09/2012
Cemig Distribuição SA											
US\$	R\$	De	Balcão								
variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	04/2009 até 06/2013		US\$8.414	US\$17.226	(24.046)	(47.611)	(24.027)	(48.351)	-	(24.009)
Taxa de 11,47% a.a	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	23.421	7.580	42.589	22.587	-	-
Cemig Geração e Transmissão SA											
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.434	618	1.434	618	602	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
Taesa											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	42.160	27.561	106	153	128	153	128	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	4.632	3.028	7	6	3	6	3	-
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	59.946	39.188	254	239	112	239	112	-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	4.699	3.072	197	470	521	470	521	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	4.939	3.229	465	511	275	511	274	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	4.196	2.743	-	112	-	112	-	-
Light											
101,9% CDI + (TJLP -6%)	Taxa de 0,85% + CDI	Em 10/2012	Swap	R\$150.000	R\$150.000	405	57	1.219	62	-	-
US\$ + variação entre (2,20% a 3,58%)	100% CDI	Entre 09/2012 a 04/2014	Swap	US\$12.079	US\$9.427	399	(16)	422	(10)	-	-
Libor + 2,5294%	100% CDI + 0,65%	10/2014	Swap	US\$50.000	US\$50.000	4.497	1.562	4.589	1.172	-	-
Euro + 4,6823%	100% CDI + 1,30%	10/2014	Swap	€34.969	€34.969	1.559	(313)	2.557	(317)	-	-
Euro/ (2,4822 a 2,4915)	Euro - Vencimento	01/2013 a 05/2013	Swap	€3.478	-	43	-	52	-	-	-
US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	Entre 02/17 a 02/18	Swap	US\$100.000	-	(3)	-	(1.668)	-	-	-
						8.738	(36.629)	28.206	(22.745)	1.640	(24.009)

(*) Empresas controladas da Taesa

- (1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- (2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- (3) Valores em Milhares de reais
- (4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Set/12)

A contraparte das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, HSBC, Citibank, Bank of America, BNP Paribas e o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia e suas controladas estão expostas a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima, em um cenário provável em 30 de setembro de 2013, que a taxa do CDI será de 7,25% e a depreciação cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 1,38% para o Dólar (R\$2,003).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial positiva do dólar de 25% e 50% em relação a 30 de setembro de 2012, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2013 seria de 9,06% e 10,88% respectivamente.

Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

	Cenário Base 30/09/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	28.206	30.251	30.761	31.275
Efeito Líquido da Variação da CDI		(2.045)	(2.555)	(3.069)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	28.206	27.817	34.771	41.726
Efeito Líquido da Variação do US\$		389	(6.565)	(13.520)
Efeito Líquido		(2.434)	4.010	10.451

Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/09/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	641.760	652.186	662.669
Efeito Líquido da Variação do CDI		(41.760)	(52.186)	(62.669)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		27.060	16.634	6.151

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital é apresentada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Total do Passivo	25.387.754	25.612.798
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.538.780)	(2.862.490)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(2.341.151)	(358.987)
(-) Fundos Vinculados	(24.837)	(3.386)
Passivo Líquido	20.482.986	22.387.935
Total do Patrimônio Líquido	13.834.903	11.744.948
(-) Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a Resultados Abrangentes	(9.646)	(5.354)
Capital Ajustado	13.825.257	11.739.594
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,48	1,91

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro de 2012	Valor justo em 30 de setembro de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	579.017	-	579.017	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	66.404	66.404	-	-
Letras do Tesouro Nacional	79.592	79.592	-	-
Letras Financeiras - Bancos	89.749	-	89.749	-
Operações Compromissadas	186.367	-	186.367	-
Outros	143.275	-	143.275	-
	1.144.404	145.996	998.408	-
Fundos Vinculados	24.837	-	24.837	-
Contratos de Swaps	28.206	-	28.206	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de *Swaps*: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de *Swaps* é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do *Swap* da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do *Swap* é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES – MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida MP, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR, excetuando-se os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, que foram considerados como totalmente amortizados.

Conforme também previsto, as concessões que não forem prorrogadas nos termos da MP serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos.

A Cemig, através de suas empresas controladas e coligadas, possui, aproximadamente, 7 GW de Capacidade Instalada, 5 mil Km de Linhas de Transmissão e 490 mil Km de redes de distribuição de energia, que serão afetadas em maior ou menor grau, pelas medidas anunciadas.

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que no entender da Empresa estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Também em consonância com os prazos previstos na MP, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão, que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões.

Conforme mencionado acima, foi requerida a renovação dos contratos de concessão relacionados abaixo, conforme abaixo:

1. Serviços públicos de distribuição de energia elétrica, regulado através dos Contratos de Concessão de Distribuição CEMIG Norte nº 002/97, CEMIG Sul nº 003/97, CEMIG Leste nº 004/97 e CEMIG Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997 em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantém ativos intangíveis e financeiros registrados no montante de R\$6.489.256 referente aos contratos de distribuição.

Com relação às concessões de distribuição, para que possa decidir acerca da prorrogação das concessões, a Companhia está aguardando a manifestação do Poder Concedente, que definirá as próximas etapas relacionadas à prorrogação desses contratos. A definição das próximas etapas ocorrerá a partir de 19 de dezembro de 2012, conforme cronograma de trabalhos para redução tarifária divulgada pelo comunicado do site da ANEEL em 13 de setembro de 2012.

2. Serviço de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas abaixo, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- Cemig Geração, com ressalvas referentes a preço de energia, valor residual dos ativos e condições operativas. Para essas concessões, não foi prevista indenização pelo Poder Concedente, conforme Portaria Interministerial MME nº 580. O valor das tarifas propostas, bem como o saldo líquido destas centrais geradoras mensurados pelo custo atribuído (base do registro societário) e pelo custo histórico é como segue:

Central Geradora	Valor tarifa divulgada – Portaria MME 578/12 R\$/kW.ano	Valor tarifa correspondente em R\$/Mwh	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 30/09/12	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 30/09/12
UHE Três Marias	58,48553	11,06220	54.641	462.838
UHE Volta Grande	59,08092	11,19158	30.183	86.710
UHE Salto Grande	89,27921	13,86070	10.178	45.588
UHE Itutinga	94,88619	20,11612	3.011	10.745
UHE Camargos	92,23039	23,06261	4.936	23.444
PCH Piau	140,93844	21,41614	1.650	12.974
PCH Gafanhoto	127,51929	30,50868	2.033	17.367
PCH Peti	158,8735	27,58587	1.345	10.177
PCH Tronqueiras	146,19005	34,26354	2.125	14.613
PCH Joasal	160,02056	29,50853	1.721	10.707
PCH Martins	129,76072	45,08264	472	3.395
PCH Cajuru	152,18112	35,94264	4.113	4.997
PCH Paciência	188,19722	37,14131	1.146	5.866
PCH Marmelos	204,86441	32,48104	994	6.529
PCH Dona Rita	193,26319	51,62081	674	4.099
PCH Sumidouro	139,73608	99,46296	2.201	1.719
PCH Anil	216,85424	46,80955	269	365
PCH Poquim	251,18478	Em análise	2.341	4.795
			124.033	726.928

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01 de janeiro de 2009, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em 08/13, 01/15 e 12/16, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 30 de setembro de 2012 ao valor de R\$1.044.166 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.334.511.

3. Serviço público de transmissão de energia elétrica, contrato de concessão No 006/97 – Cemig, referente às instalações de transmissão sob a sua responsabilidade classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei no 9.074/95 e regulamentação pertinente, com ressalvas referentes a receita autorizada, condições operativas e valor residual dos ativos. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580 para os ativos de transmissão da Companhia foi de R\$285.438, sendo que a receita anual determinada na Portaria MME nº 579 foi de R\$148.536. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantém ativos financeiros registrados no montante R\$722.732 referentes ao contrato 006/97.

Conforme estabelecido na MP, a Companhia tem até a data de 04 de dezembro de 2012 para se manifestar sobre a concordância com as tarifas previstas para as concessões de geração e transmissão mencionadas, bem como sobre o valor das indenizações previstas para fins de assinatura da renovação dos contratos de concessão. Caso a Companhia não venha a aceitar os termos previstos pelo Poder Concedente, manterá a operação dos ativos até o final do prazo de cada uma das concessões mencionadas, suportada pelos contratos de concessão ainda vigentes.

Tendo em vista que a Companhia ainda não se manifestou de forma definitiva sobre a aceitação das condições previstas na MP para a antecipação da renovação das suas concessões e a avaliação sobre a indenização prevista, não é possível determinar os impactos financeiros futuros da MP em suas Demonstrações Contábeis.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de dividendos da Light

Em 11 de outubro de 2012, a Light efetuou o pagamento de dividendos referentes aos resultados apurados no exercício de 2011 e à parte da reserva de lucros existente no balanço de 31 de dezembro de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2012, no montante de R\$181.501.

Amortização extraordinária parcial da 5ª Emissão de Debêntures da Light SESA

Em 8 de outubro de 2012, a controlada indireta Light SESA efetuou a amortização extraordinária parcial da 5ª Emissão de Debêntures da Light SESA no montante de R\$375.000.

Revisão Tarifária da Light SESA

Em reunião pública realizada em 6 de novembro de 2012, a Aneel aprovou o resultado do Reajuste Tarifário de 2012 da Controlada Light SESA. O resultado homologado pela Aneel representa um reajuste tarifário de 10,77%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 7,17% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará nos próximos doze meses, de 3,60%. Considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de -0,64%, o aumento médio para os consumidores será de 11,41%, a partir de 7 de novembro de 2012.

Destaca-se que neste reajuste tarifário não estão incluídos ainda os efeitos decorrentes da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, pois a redução tarifária nela prevista será aplicada somente a partir de 05 de fevereiro de 2013, quando a Aneel procederá a Revisões Tarifárias Extraordinárias em todas as concessionárias de energia elétrica do País.

31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2012												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	EETP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	16.012.281	16.265.199	11.818.850	2.956.855	1.362.149	915.654	468.210	178.752	148.940	1.565.839	(12.470.072)	39.222.657
Caixa e Equivalentes de Caixa	128.210	1.016.930	713.770	304.105	23.950	33.528	133.658	5.431	3.425	175.773	-	2.538.780
Contas a Receber	-	667.333	1.979.618	435.267	36.905	179.700	-	5.333	3.693	128.247	(176.969)	3.259.127
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	199.195	1.900.350	112.214	4.037	-	11.695	-	13.178	9.326	91.156	-	2.341.151
Tributos	537.856	178.079	1.098.657	184.458	-	55.192	35.724	500	58	81.816	-	2.172.340
Outros Ativos	2.097.489	343.605	1.425.335	159.542	69.126	37.870	37.119	4.036	359	88.324	(53.478)	4.209.327
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	13.049.531	12.158.902	6.489.256	1.869.446	1.232.168	597.669	261.709	150.274	132.079	1.000.523	(12.239.625)	24.701.932
PASSIVO	16.012.281	16.265.199	11.818.850	2.956.855	1.362.149	915.654	468.210	178.752	148.940	1.565.839	(12.470.072)	39.222.657
Fornecedores e suprimentos	4.867	249.051	929.780	192.309	16.915	51.724	8.548	671	2.278	57.596	(60.931)	1.452.808
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	1.087.591	8.243.626	4.326.696	1.254.635	366.305	119.550	141.253	-	-	390.353	682.936	16.612.945
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	674.424	138.146	352.781	63.118	10.685	33.480	-	8.290	6.753	62.406	(707.379)	642.704
Obrigações Pós-Emprego	103.298	442.362	1.405.255	284.025	-	-	-	-	-	69.861	-	2.304.801
Tributos	22.432	656.446	1.008.645	36.776	152.103	21.209	17.597	43.341	1.171	67.294	-	2.027.014
Outros Passivos	284.766	593.697	973.484	276.118	41.726	198.384	13.792	2.794	1.960	101.195	(140.434)	2.347.482
Patrimônio Líquido	13.834.903	5.941.871	2.822.209	849.874	774.415	491.307	287.020	123.656	136.778	817.134	(12.244.264)	13.834.903
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	264	3.931.244	6.981.507	1.420.506	239.086	434.975	101.679	42.063	29.782	549.026	(357.664)	13.372.468
Custos e Despesas Operacionais	(77.617)	(1.625.133)	(6.158.426)	(1.231.533)	(37.479)	(392.785)	(86.742)	(10.110)	(14.531)	(439.605)	357.664	(9.716.297)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(429.297)	(2.800.406)	(825.551)	-	-	-	(310)	(3.916)	(208.516)	156.403	(4.111.593)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(198.853)	(594.585)	-	-	-	-	-	(1.907)	(2.933)	174.475	(623.803)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(356.028)	-	-	-	-	-	(356.028)
Custo de construção	-	(77.385)	(980.799)	(122.496)	(15.338)	-	-	-	-	(31.514)	-	(1.227.532)
Pessoal	(32.784)	(236.187)	(569.822)	(57.814)	(7.934)	(13.230)	(27.177)	(1.041)	(1.116)	(25.713)	-	(972.818)
Participações dos Empregados no Resultado	(13.288)	(43.819)	(117.521)	-	-	-	(1.630)	(196)	(136)	(904)	-	(177.494)
Obrigações Pós-Emprego	(7.583)	(22.494)	(70.416)	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.493)
Materiais	(93)	(13.725)	(34.954)	(4.353)	563	(800)	(131)	(173)	(255)	(2.260)	-	(56.181)
Serviços de Terceiros	(8.895)	(132.050)	(499.535)	(79.565)	(10.981)	(5.569)	(16.549)	(1.905)	(2.576)	(44.467)	24.326	(777.766)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(134.914)	-	-	-	-	-	(1.652)	(883)	(2.587)	-	(140.036)
Depreciação e Amortização	(279)	(260.750)	(278.209)	(67.919)	(1.465)	(17.786)	(27.438)	(4.136)	(3.178)	(50.792)	-	(711.952)
Provisões Operacionais	8.817	(3.267)	(66.384)	(58.472)	-	2.862	(10)	(1)	(1)	(14.052)	-	(130.508)
Outras Despesas Líquidas	(23.512)	(72.392)	(145.795)	(15.363)	(2.324)	(2.234)	(13.807)	(696)	(563)	(55.867)	2.460	(330.093)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(77.353)	2.306.111	823.081	188.973	201.607	42.190	14.937	31.953	15.251	109.421	-	3.656.171
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	253.538	-	4.147	-	-	-	-	-	1.020	-	258.705
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.228.782	(2.201)	-	(225)	(266)	(4.336)	-	-	-	(57)	(2.224.179)	(2.482)
Receita Financeira	98.793	191.683	227.381	33.535	3.126	27.922	8.243	872	880	79.113	-	671.548
Despesa Financeira	(84.590)	(679.627)	(433.250)	(127.964)	(32.040)	(9.480)	(10.177)	(374)	(74)	(97.971)	-	(1.475.547)
Resultado antes do IR e CSLL	2.165.632	2.069.504	617.212	98.466	172.427	56.296	13.003	32.451	16.057	91.526	(2.224.179)	3.108.395
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(596.395)	(372.797)	(24.293)	(30.287)	(19.106)	(7.171)	(11.850)	(1.244)	(30.992)	-	(1.094.135)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.119	(11.407)	164.896	2.008	2.172	-	(1.909)	871	(27)	(5.232)	-	158.491
Resultado do Período	2.172.751	1.461.702	409.311	76.181	144.312	37.190	3.923	21.472	14.786	55.302	(2.224.179)	2.172.751

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2011												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	14.303.504	15.537.842	11.074.880	2.699.947	1.309.328	887.767	409.480	189.417	151.299	1.458.662	(11.081.816)	36.940.310
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.372	2.281.724	951.885	114.970	18.678	79.505	76.306	15.697	11.736	201.751	-	3.851.624
Contas a Receber	-	655.530	1.911.446	404.387	40.003	164.279	-	10.474	3.470	128.185	(178.467)	3.139.307
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	-	80.477	-	6.242	-	-	-	-	-	2.622	-	89.341
Tributos	458.761	1.025.573	1.373.784	318.264	12.679	76.766	37.862	3.075	178	92.507	-	3.399.449
Outros Ativos	1.854.283	268.214	1.347.682	155.363	50.734	29.525	26.970	4.294	68	74.617	156.163	3.967.913
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.891.088	11.226.324	5.490.083	1.700.721	1.187.234	537.692	268.342	155.877	135.847	958.980	(11.059.512)	22.492.676
PASSIVO	14.303.504	15.537.842	11.074.880	2.699.947	1.309.328	887.767	409.480	189.417	151.299	1.458.662	(11.081.816)	36.940.310
Fornecedores e suprimentos	4.623	213.794	816.680	154.359	3.978	37.889	7.311	1.759	1.902	45.650	(55.349)	1.232.596
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	38.876	7.836.784	3.495.527	940.528	410.343	137.978	96.050	-	-	316.053	795.358	14.067.497
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	624.563	370.410	90.250	-	9.368	16.268	-	16.310	3.650	69.479	(575.735)	624.563
Obrigações Pós-Emprego	99.115	437.462	1.389.511	269.922	-	-	-	-	-	66.392	-	2.262.402
Tributos	109.481	1.328.611	1.535.414	167.963	108.879	35.181	12.417	45.549	1.516	76.420	-	3.421.431
Outros Passivos	307.600	506.234	942.560	300.349	38.945	179.312	8.129	2.094	1.948	109.178	(183.774)	2.212.575
Patrimônio Líquido	13.119.246	4.844.547	2.804.938	866.826	737.815	481.139	285.573	123.705	142.283	775.490	(11.062.316)	13.119.246
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	259	3.351.586	6.123.877	1.312.914	220.560	332.969	93.474	36.385	28.669	275.416	(346.038)	11.430.071
Custos e Despesas Operacionais	(82.156)	(1.474.488)	(5.194.723)	(1.192.080)	(33.430)	(267.393)	(76.664)	(9.519)	(8.950)	(143.294)	346.038	(8.136.659)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(428.971)	(2.230.438)	(643.381)	-	-	-	(403)	(354)	(53.819)	154.480	(3.202.886)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(179.159)	(497.579)	(90.976)	-	-	-	(4)	(2.077)	(13.808)	175.060	(608.543)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(235.785)	-	-	-	-	-	(235.785)
Custo de construção	-	(50.784)	(739.349)	(145.144)	(11.070)	-	-	-	-	(15.641)	-	(961.988)
Pessoal	(35.667)	(215.575)	(542.052)	(51.697)	(7.147)	(11.877)	(19.954)	(864)	(1.020)	(11.451)	-	(897.304)
Participações dos Empregados no Resultado	(2.105)	(16.337)	(51.992)	-	-	-	(80)	(159)	(72)	(4)	-	(70.749)
Obrigações Pós-Emprego	(6.326)	(20.838)	(65.498)	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.662)
Materiais	(158)	(13.411)	(43.840)	(4.753)	357	(949)	(281)	(161)	(155)	(1.230)	-	(64.581)
Serviços de Terceiros	(5.545)	(101.310)	(486.275)	(79.177)	(11.004)	(3.918)	(15.853)	(1.880)	(1.763)	(26.427)	11.884	(721.268)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(107.768)	-	-	-	-	-	(1.615)	(939)	(2.755)	-	(113.077)
Depreciação e Amortização	(262)	(277.106)	(284.224)	(93.360)	(1.929)	(15.373)	(27.426)	(4.090)	(3.229)	(17.780)	-	(724.779)
Provisões Operacionais	(17.986)	(8.637)	(113.208)	(63.596)	-	-	(867)	(13)	976	(3.854)	-	(207.185)
Outras Despesas Líquidas	(14.107)	(54.592)	(140.268)	(19.996)	(2.637)	509	(12.203)	(330)	(317)	3.475	4.614	(235.852)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(81.897)	1.877.098	929.154	120.834	187.130	65.576	16.810	26.866	19.719	132.122	-	3.293.412
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.858.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.858.259)	-
Receita Financeira	40.695	209.956	216.034	33.457	13.972	20.088	7.415	830	1.020	96.467	-	639.934
Despesa Financeira	(42.394)	(696.360)	(386.414)	(119.316)	(44.275)	(11.565)	(9.439)	(275)	(68)	(95.737)	-	(1.405.843)
Resultado antes do IR e CSLL	1.774.663	1.390.694	758.774	34.975	156.827	74.099	14.786	27.421	20.671	132.852	(1.858.259)	2.527.503
Imposto de Renda e Contribuição Social	(77.644)	(363.092)	(244.753)	(30.219)	(26.955)	(22.934)	(5.688)	(10.274)	(1.171)	(35.920)	-	(818.650)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.436	(38.450)	20.195	5.015	900	-	(1.863)	1.025	(109)	1.453	-	(2.398)
Resultado do Período	1.706.455	989.152	534.216	9.771	130.772	51.165	7.235	18.172	19.391	98.385	(1.858.259)	1.706.455

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em Milhares de Reais)

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais gestores das operações da Companhia, considerando os segmentos operacionais de Geração e Transmissão para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a estes segmentos e para a avaliação de seus desempenhos de forma individualizada. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 30/09/2012								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	12.965.466	10.189.277	14.513.020	935.961	468.292	974.207	(823.566)	39.222.657
INVESTIMENTO	415.166	594.932	1.133.425	78.640	20.437	466	-	2.243.066
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.376.309	1.149.501	8.464.293	434.975	101.679	208.224	(362.513)	13.372.468
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(449.834)	-	(3.690.520)	-	-	(127.642)	156.403	(4.111.593)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(212.449)	(158)	(594.585)	-	-	-	183.389	(623.803)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(356.028)	-	-	-	(356.028)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(662.283)	(158)	(4.285.105)	(356.028)	-	(127.642)	339.792	(5.091.424)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(147.641)	(106.946)	(631.023)	(13.230)	(27.177)	(46.801)	-	(972.818)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(28.065)	(16.086)	(117.521)	-	(1.630)	(14.192)	-	(177.494)
Obrigação Pós-Emprego	(15.116)	(7.378)	(70.416)	-	-	(7.583)	-	(100.493)
Materiais	(7.236)	(7.013)	(39.117)	(800)	(131)	(1.884)	-	(56.181)
Serviços de Terceiros	(106.926)	(61.371)	(577.088)	(5.569)	(16.549)	(30.524)	20.261	(777.766)
Depreciação e Amortização	(293.230)	(2.885)	(345.733)	(13.450)	(27.438)	(29.216)	-	(711.952)
Provisões Operacionais	(5.071)	1.234	(138.591)	2.862	(10)	9.068	-	(130.508)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(140.036)	-	-	-	-	-	-	(140.036)
Custo de Construção	-	(94.107)	(1.133.425)	-	-	-	-	(1.227.532)
Outras	(61.535)	(25.625)	(162.531)	(2.234)	(8.996)	(71.632)	2.460	(330.093)
Total Custo de Operação	(804.856)	(320.177)	(3.215.445)	(32.421)	(81.931)	(192.764)	22.721	(4.624.873)
CUSTO TOTAL	(1.467.139)	(320.335)	(7.500.550)	(388.449)	(81.931)	(320.406)	362.513	(9.716.297)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.909.170	829.166	963.743	46.526	19.748	(112.182)	-	3.656.171
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	253.538	5.167	-	-	-	-	258.705
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.482)	-	-	-	-	-	-	(2.482)
Receita Financeira	107.362	105.014	259.944	27.922	8.243	163.063	-	671.548
Despesa Financeiro	(328.865)	(242.542)	(736.825)	(9.480)	(10.177)	(147.658)	-	(1.475.547)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.685.185	945.176	492.029	64.968	17.814	(96.777)	-	3.108.395
Imposto de Renda e Contribuição Social	(569.174)	(97.516)	(398.417)	(19.106)	(7.171)	(2.751)	-	(1.094.135)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.343	(63.308)	183.404	-	(1.909)	(39)	-	158.491
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.156.354	784.352	277.016	45.862	8.734	(99.567)	-	2.172.751

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 30/09/2011

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	12.792.063	8.514.790	13.292.340	887.767	409.481	1.254.800	(210.931)	36.940.310
INVESTIMENTO	993.861	62.763	899.225	14.600	26.824	612	-	1.997.885
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.773.162	1.004.201	7.548.818	332.969	93.474	33.122	(355.675)	11.430.071
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(429.618)	-	(2.927.748)	-	-	-	154.480	(3.202.886)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(195.813)	(146)	(596.835)	-	-	-	184.251	(608.543)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(235.785)	-	-	-	(235.785)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(625.431)	(146)	(3.524.583)	(235.785)	-	-	338.731	(4.047.214)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(125.126)	(99.839)	(598.195)	(11.877)	(19.954)	(42.313)	-	(897.304)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(11.210)	(5.361)	(51.992)	-	(80)	(2.106)	-	(70.749)
Obrigação Pós-Emprego	(14.003)	(6.835)	(65.498)	-	-	(6.326)	-	(92.662)
Materiais	(8.120)	(5.895)	(48.994)	(949)	(281)	(342)	-	(64.581)
Serviços de Terceiros	(86.090)	(45.928)	(572.715)	(3.918)	(15.853)	(9.093)	12.329	(721.268)
Depreciação e Amortização	(289.842)	(5.868)	(385.870)	(15.373)	(27.426)	(400)	-	(724.779)
Provisões Operacionais	(2.823)	(2.711)	(182.741)	-	(867)	(18.043)	-	(207.185)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(113.077)	-	-	-	-	-	-	(113.077)
Custo de Construção	-	(62.763)	(899.225)	-	-	-	-	(961.988)
Outras	(37.938)	(22.768)	(163.372)	509	(12.203)	(4.695)	4.615	(235.852)
Total Custo de Operação	(688.229)	(257.968)	(2.968.602)	(31.608)	(76.664)	(83.318)	16.944	(4.089.445)
CUSTO TOTAL	(1.313.660)	(258.114)	(6.493.185)	(267.393)	(76.664)	(83.318)	355.675	(8.136.659)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.459.502	746.087	1.055.633	65.576	16.810	(50.196)	-	3.293.412
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	135.663	97.276	253.083	20.088	7.415	126.409	-	639.934
Despesa Financeiro	(366.297)	(380.116)	(517.761)	(11.565)	(9.439)	(120.665)	-	(1.405.843)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.228.868	463.247	790.955	74.099	14.786	(44.452)	-	2.527.503
Imposto de Renda e Contribuição Social	(357.510)	(63.577)	(276.716)	(22.934)	(5.688)	(92.225)	-	(818.650)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.257	(78.374)	26.469	-	(1.863)	9.113	-	(2.398)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	913.615	321.296	540.708	51.165	7.235	(127.564)	-	1.706.455

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do Período

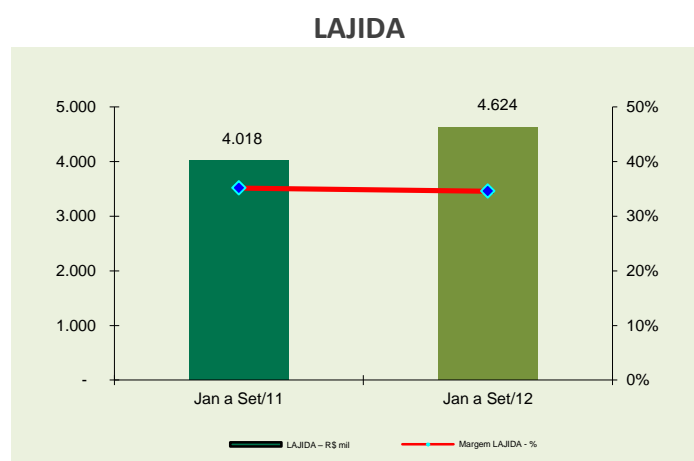
A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2012, um resultado consolidado de R\$2.172.751 em comparação ao resultado de R\$1.706.455 no período de janeiro a setembro de 2011 representando um aumento de 27,33%. Este resultado deve-se principalmente ao reconhecimento de um ganho na emissão de ações no montante de R\$258.705, advindo da Oferta Pública de Ações da controlada indireta Taesa da Cemig Geração e Transmissão e da controlada indireta Renova da Light. Vide nota 12.

Também contribuiu para o melhor resultado em 2012, o aumento de 16,99% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 19,41% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com o período de janeiro a setembro de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	Var %
Resultado do exercício	2.172.751	1.706.455	27,33
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	935.644	821.048	13,96
+ Resultado Financeiro	803.999	765.909	4,97
+ Amortização e Depreciação	711.952	724.779	(1,77)
= LAJIDA	4.624.346	4.018.191	15,09



O crescimento do LAJIDA consolidado no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação ao período de janeiro a setembro de 2011 deve-se, principalmente, ao ganho na emissão de ações comentado anteriormente e ao aumento de 16,99% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 21,49% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). O aumento dos Custos e Despesas Operacionais, verificado no período de janeiro a setembro de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 35,15%, em 2011, para 34,58% em 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$13.636.459, no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$12.172.039, no período de janeiro a setembro de 2011, o que representa um aumento de 12,03%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$12.271.478, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$10.935.119 no mesmo período de 2011, um aumento de 12,22%. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 3,81% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;
- reajuste tarifário na Light, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,82%, a partir de 7 de novembro de 2011;
- reajuste contratual na tarifa dos consumidores livres, sendo o IGP-M o principal indexador.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	MWh (*)			R\$		
	30/09/2012	30/09/2011	Var %	30/09/2012	30/09/2011	Var %
Residencial	8.581.433	8.084.461	6,15	4.616.085	3.990.704	15,67
Industrial	19.358.060	19.448.044	(0,46)	3.408.561	3.229.166	5,56
Comércio, Serviços e Outros	5.856.278	5.209.218	12,42	2.592.838	2.230.074	16,27
Rural	2.104.330	1.964.539	7,12	575.011	520.928	10,38
Poder Público	988.517	892.066	10,81	444.041	389.731	13,94
Iluminação Pública	1.094.479	1.022.971	6,99	292.391	262.144	11,54
Serviço Público	1.150.304	1.077.285	6,78	342.551	312.372	9,66
Total	39.133.401	37.698.584	3,81	12.271.478	10.935.119	12,22

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A redução de 0,46% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor industrial, que foi compensada pelo aumento nas classes do comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 7,35% e 15,80% nessa ordem.

Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro a maio.

Receita com suprimento

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 2,87%, houve um aumento de 11,42% na receita com energia vendida, R\$1.315.319 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$1.180.555 no período de janeiro a setembro de 2011, em função do aumento de 14,71% no preço médio de venda da energia, R\$128,97/MWh em 2012 em comparação a R\$112,43/MWh em 2011.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$1.559.508 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$1.464.781 no primeiro semestre de 2011, um aumento de 6,47%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência principalmente da migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de Concessão de Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Concessão de Transmissão refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A Receita de Concessão de Transmissão foi de R\$1.295.023 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$1.078.507 no período de janeiro a setembro de 2011, um aumento de 20,08%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas em 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada Taesa. A receita de transmissão agregada pela Taesa, proporcional à nossa participação, foi de R\$581.311 no período de janeiro a setembro de 2012 comparada a R\$455.515 no mesmo período do ano anterior.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$351.219 no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação a R\$150.017 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 134,12%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de R\$24,96 por MWh no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$116,42 por MWh no período de janeiro a setembro de 2012.

Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos serviços taxados, fornecimento de gás, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido e apresentou um aumento de 33,02% nos períodos comparados (R\$982.343, no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$738.481 no mesmo período de 2011). Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 29,53% no fornecimento de gás no período de janeiro a setembro 2012 comparado ao mesmo período de 2011 e dos novos critérios definidos pela ANEEL para a subvenção aos consumidores de baixa renda, por meio da Resolução 472 de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Impostos e Encargos incidentes sobre a receita operacional

As deduções à Receita Operacional foram de R\$5.682.841, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$5.138.451, no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 10,59%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$456.147, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$525.687 no período de janeiro a setembro de 2011, representando uma redução de 13,23%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas do sistema interligado e isolado Brasileiros rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$454.609, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$383.398 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 18,57%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, sendo os pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referentes à RGR foram de R\$222.957, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$142.438, do período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 56,53%. A Reserva Global de Reversão – RGR é computada no custo do serviço das Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como finalidade, prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria desse serviço. As quotas anuais da RGR serão definidas com base em 2,5% do investimento pro rata tempore, observando o limite de 3,0% das receitas de cada concessionária referentes a fornecimento, suprimento (exceto suprimento oriundo de Itaipú), uso da rede elétrica, serviço taxado, e onde for o caso de incidência, deduzidos os respectivos valores do ICMS, embutidos na receita.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no período de janeiro a setembro de 2012, foram de R\$9.716.297 comparados a R\$8.136.659 no período de janeiro a setembro de 2011, com aumento de 19,41%. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.111.593, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$3.202.886 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 28,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 119,88% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo da Cemig Distribuição, que foi de R\$528.890 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$240.534 no mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$24,96 por MWh no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$116,42 por MWh no mesmo período de 2012;
- aumento de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão da Cemig Distribuição, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;

Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$972.818 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$897.304 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 8,42%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$177.494 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$70.749 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 150,88%. A expressiva variação entre os dois períodos deve-se ao reconhecimento em 2012 da participação nos resultados já acordada com as entidades sindicais para o exercício, sendo que em 2011 a maior parcela somente foi provisionada no quarto trimestre do ano, considerando que o acordo foi concluído em dezembro de 2011.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$777.766 no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com R\$721.268 no período de janeiro a setembro de 2011 representando um aumento de 7,83%. A principal variação ocorreu nos serviços de consultoria contratados pela controlada em conjunto Taesa e manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23b das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$356.028 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$235.785 no período de janeiro a setembro de 2011 representando um aumento de 51,00%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial em função da expansão do consumo dos clientes localizados nas regiões do Vale Aço e do Sul de Minas.

Provisões Operacionais

A despesa com Provisões Operacionais foi de R\$130.508, no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$207.185 no período de janeiro a setembro de 2011, representando uma redução de 37,01%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Trabalhistas: Reversão de R\$6.844 em 2012 contra uma provisão de R\$16.835 em 2011;
- Cíveis: Reavaliação, pela Companhia, da expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197 no terceiro trimestre de 2011;
- Ambientais: Reavaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, em função de jurisprudência relativa ao assunto, de processo judicial onde se discute compensações ambientais relativas à proteção e preservação de mananciais hídricos existentes em usinas da Cemig que estão em operação, que implicou em uma provisão adicional de R\$20.768 no terceiro trimestre de 2012;
- Regulatórias: reversão de R\$7.945, em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, registrado no terceiro trimestre de 2011 no montante de R\$17.539, parte deste montante já havia sido retificada pelo órgão regulador no quarto trimestre de 2011.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas foram de R\$330.093 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$235.852 no período de janeiro a setembro de 2011, o que representou um aumento de 39,96%, decorrente, principalmente, de patrocínios culturais relativos à Lei Roanet (incentivos fiscais do IRPJ) e do aumento no PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre outras receitas.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado, no período de janeiro a setembro de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$803.999, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$765.909 no período de janeiro a setembro de 2011. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 23,25% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$133.378 no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação a R\$108.214 do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel (SMS – Short Message Service), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- Redução de 30,30% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2012;
- Receita de variação cambial: R\$38.670 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$8.211 no período de janeiro a setembro de 2011. Essa variação decorre, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da controlada em conjunto Taesa;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$962.942 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$1.025.697 no período de janeiro a setembro de 2011. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011. A variação do CDI, no período de janeiro a setembro de 2012 foi de 6,59% comparada a 8,69% no período de janeiro a setembro de 2011;
- Despesa de Variação cambial: R\$69.089 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$18.674 no período de janeiro a setembro de 2011. Essa variação decorre, principalmente, das variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada Taesa em decorrência da aquisição da Abengoa.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no período de janeiro a setembro de 2012, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$935.644 em relação ao lucro de R\$3.108.395, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 30,10%. A Cemig apurou, no período de janeiro a setembro de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$821.048 em relação ao lucro de R\$2.527.503, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,48%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

	Terceiro Trim/2012	Terceiro Trim/2011
RECEITA	4.810.133	4.035.749
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(320.692)	(293.134)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(59.139)	(46.659)
Obrigações Pós-emprego	(30.619)	(30.887)
Materiais	(22.243)	(17.351)
Serviços de Terceiros	(267.158)	(252.294)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.580.014)	(1.110.782)
Depreciação e Amortização	(229.237)	(248.649)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(44.501)	(38.728)
Provisões (Reversão) Operacionais	(33.975)	(100.359)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(138.614)	(226.293)
Gás Comprado para Revenda	(138.150)	(92.954)
Custos de Construção de Infraestrutura	(529.689)	(266.550)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(151.220)	(70.569)
	(3.545.251)	(2.795.209)
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro Líquido	1.264.882	1.240.540
Ganho na Emissão de Ações	258.705	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.024)	-
Receita Financeira	227.110	212.768
Despesa Financeira	(466.397)	(484.654)
Resultado antes dos Impostos	1.283.276	968.654
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(334.860)	(275.397)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.285)	(36.010)
RESULTADO DO PERÍODO	937.131	657.247

Lucro do Trimestre

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2012, um Resultado de R\$937.131, em comparação ao Resultado de R\$657.247 no terceiro trimestre de 2011, um aumento de 42,58%. Este resultado deve-se principalmente ao reconhecimento de um ganho na emissão de ações no montante de R\$258.705, advindo da Oferta Pública de Ações da controlada indireta Taesa da Cemig Geração e Transmissão e da controlada indireta Renova da Light. Vide nota 12.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig apresentou um aumento de 17,63% no terceiro trimestre de 2012 na comparação com o terceiro trimestre de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var %
Resultado do Período	937.131	657.247	42,58
+ Despesa de IR e Contribuição Social	346.145	311.407	11,16
+ Resultado Financeiro Líquido	239.287	271.886	(11,99)
+ Amortização e Depreciação	229.237	248.649	(7,81)
LAJIDA	1.751.800	1.489.189	17,63

LAJIDA



O crescimento do LAJIDA no terceiro trimestre de 2012 em comparação ao terceiro trimestre de 2011, de 17,63%, deve-se, principalmente, ao ganho na emissão de ações comentada anteriormente, e ao aumento de 19,19% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 30,22% nos custos e despesas operacionais (excluídos efeitos das despesas com depreciação e amortização). O aumento dos Custos e Despesas Operacionais verificado no trimestre refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 36,90% em 2011, para 36,42% em 2012."

Receita

	Consolidado	
	Terceiro trim/12	Terceiro trim/11
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	4.663.978	4.258.433
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	527.684	561.196
Receita de Concessão de Transmissão	548.798	436.217
Receita de Construção de Distribuição	493.682	238.866
Receita de Construção de Geração	37.305	29.478
Transações com Energia na CCEE	69.256	50.504
Outras Receitas Operacionais	344.744	252.204
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.875.314)	(1.791.149)
Receita Operacional Líquida	4.810.133	4.035.749

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
Residencial	2.795.303	2.634.924	6,09	1.518.270	1.378.182	10,16
Industrial	6.728.401	6.700.287	0,42	1.201.547	1.145.903	4,86
Comércio, Serviços e Outros	1.887.719	1.667.721	13,19	845.747	753.475	12,25
Rural	831.007	816.157	1,82	218.343	204.788	6,62
Poder Público	317.595	284.032	11,82	146.516	131.076	11,78
Iluminação Pública	370.143	356.047	3,96	99.828	94.866	5,23
Serviço Público	390.091	368.322	5,91	119.651	112.929	5,95
Subtotal	13.320.259	12.827.490	3,84	4.149.902	3.821.219	8,60
Consumo Próprio	15.059	13.461	11,87	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	17.047	3.901	336,99
	13.335.318	12.840.951	3,85	4.166.949	3.825.120	8,94
Suprimento a Outras Concessionárias	3.487.400	3.678.429	(5,19)	487.684	420.897	15,87
Venda PROINFA	31.728	39.465	(19,60)	9.345	12.416	(24,73)
Total	16.854.446	16.558.845	1,79	4.663.978	4.258.433	9,52

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A Receita com fornecimento de energia para consumidores finais foi de R\$4.149.902, no terceiro trimestre de 2012, em comparação a R\$3.821.219 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 8,60%.

Os principais impactos, na Receita de 2012, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;
- Reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores, de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- Aumento de 3,84% no volume de energia faturada a consumidores finais, excluindo consumo próprio;
- Reajuste contratual na tarifa dos consumidores livres, sendo o IGP-M o principal indexador.

Receita com suprimento

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 5,19%, houve um aumento de 15,87% na receita com energia vendida, R\$487.684 no terceiro trimestre de 2012 na comparação com R\$420.897 no terceiro trimestre de 2011, em função do aumento de 22,21% no preço médio de venda da energia, R\$139,84/MWh em 2012 em comparação a R\$114,42/MWh em 2011.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$527.684 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$561.196 no terceiro trimestre de 2011, uma redução de 5,97%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor.

Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$548.798, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$436.217 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 25,81%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas em 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio da controlada indireta Taesa. A receita de transmissão agregada pela Taesa, proporcional à nossa participação, foi de R\$318.502 no terceiro trimestre de 2012 comparada a R\$274.986 no mesmo período do ano anterior.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$69.256 no terceiro trimestre de 2012 em comparação a R\$50.504 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 37,13%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de R\$20,61 no terceiro trimestre de 2011 para R\$131,14 no terceiro trimestre de 2012.

Outras Receitas Operacionais

Referem-se aos serviços taxados, fornecimento de gás, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido e apresentou um aumento de 36,69% nos períodos comparados (R\$344.744, no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$252.204 no mesmo período de 2011). Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 35,62% no fornecimento de gás no terceiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo período de 2011 e dos novos critérios definidos pela ANEEL para a subvenção aos consumidores de baixa renda, por meio da Resolução 472 de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	983.688	906.331	8,54
COFINS	408.922	385.911	5,96
PIS-PASEP	88.752	83.776	5,94
ISSQN e outros	2.070	1.536	34,77
	1.483.432	1.377.554	7,69
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	76.891	50.742	51,53
Programa de Eficiência Energética –PEE	12.629	11.112	13,65
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	151.978	129.751	17,13
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	114.256	190.141	(39,91)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.869	10.233	15,99
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	10.254	9.003	13,90
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	12.772	4.565	179,78
Encargos de Capacidade Emergencial	-	93	-
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	1.233	7.955	(84,50)
	391.882	413.595	(5,25)
	1.875.314	1.791.149	4,70

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.875.314, no terceiro trimestre de 2012, comparada a R\$1.791.149 no terceiro trimestre de 2011, um aumento de 4,70%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo, referente à RGR, foi de R\$76.891, no terceiro trimestre de 2012, comparada a R\$50.742 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 51,53%. A Reserva Global de Reversão – RGR é computada no custo do serviço das Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como finalidade, prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria desse serviço. As quotas anuais da RGR serão definidas com base em 2,5% do investimento pro rata tempore, observando o limite de 3,0% das receitas de cada concessionária referentes a fornecimento, suprimento (exceto suprimento oriundo de Itaipú), uso da rede elétrica, serviço taxado, e onde for o caso de incidência, deduzidos os respectivos valores do ICMS, embutidos na receita.

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$114.256, no terceiro trimestre de 2012, comparada a R\$190.141 no terceiro trimestre de 2011, representando uma redução de 39,91%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 17,13% nos períodos comparados. A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$151.978, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$129.751 no terceiro trimestre de 2011.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$3.545.251, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$2.795.209 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 26,83%. Este resultado deve-se, principalmente, dos aumentos nos custos com participação dos empregados no resultado, energia elétrica comprada para revenda, reversão operacionais, encargos de uso da rede básica de transmissão e gás comprado para revenda.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$59.139 no terceiro trimestre de 2012 comparados a R\$46.659 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 26,75%. A expressiva variação entre os dois períodos deve-se ao reconhecimento em 2012 da participação nos resultados já acordada com as entidades sindicais para o exercício, sendo que em 2011 a maior parcela somente foi provisionada no quarto trimestre do ano, considerando que o acordo foi concluído em dezembro de 2011.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.580.014, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$1.110.782 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 42,24%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 114,34% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo da Cemig Distribuição, que foi de R\$208.634 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$97.339 do terceiro trimestre de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$20,61 por MWh no terceiro trimestre de 2011 para R\$131,14 por MWh no terceiro trimestre de 2012;
- aumento de 24,67% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão da Cemig Distribuição, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo;

- aumento de 22,32% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional da Cemig Distribuição, indexada ao Dólar, que foi de R\$231.112 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$188.948 no terceiro trimestre de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2012, comparada a uma valorização no primeiro semestre de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no terceiro trimestre de 2012 foi de R\$2,038, em comparação a R\$1,662 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 22,62%.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no terceiro trimestre de 2012, foi de R\$138.614 comparados a R\$226.293 no terceiro trimestre de 2011, uma redução de 38,75%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$138.150, no terceiro trimestre de 2012, comparado a R\$92.954 no terceiro trimestre de 2011 representando um aumento de 48,62%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial em função da expansão do consumo dos clientes localizados nas regiões do Vale Aço e do Sul de Minas.

Resultado Financeiro Líquido

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	80.826	115.010	(29,72)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	49.019	30.336	61,59
Variações Monetárias	25.171	20.944	20,18
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	44.035	38.525	14,30
Variações Cambiais	8.397	(7.836)	(207,16)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(1.666)	(27.006)	(93,83)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	29.865	-
Outras	21.328	12.930	64,95
	227.110	212.768	6,74
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(298.955)	(357.496)	(16,38)
Variações Cambiais	(10.290)	(15.346)	(32,95)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(48.049)	(16.034)	199,67
Variação Monetária – concessão onerosa	(17.086)	(4.135)	313,20
Variação Monetária – P&D e PEE	(5.509)	(9.112)	(39,54)
Variação Monetária - Outras	(8.466)	(10.347)	(18,18)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(332)	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	(2.800)	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(27.878)	(18.451)	51,09
Outras	(49.832)	(50.933)	(2,16)
	(466.397)	(484.654)	(3,77)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(239.287)	(271.886)	(11,99)

As despesas financeiras líquidas foram de R\$239.287 no terceiro trimestre de 2012 na comparação com R\$271.886 no terceiro trimestre de 2011, uma redução de 11,99%. Os principais fatores que explicam a variação no Resultado Financeiro dos trimestres comparados são como segue:

- aumento de 61,59% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$49.019 no terceiro trimestre de 2012 em comparação a R\$30.336 do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel (SMS – Short Message Service), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- redução de 29,72% na receita com renda de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2012;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$298.955, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$357.496 no terceiro trimestre de 2011. Essa redução decorre basicamente do menor volume de empréstimos lastreados ao CDI no terceiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do exercício anterior e também da menor variação do indexador. A variação do CDI, no terceiro trimestre de 2012 foi de 1,91% comparado a 3,01% no terceiro trimestre de 2011.
- aumento de 199,67% nas despesas com variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$48.049 no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$16.034 do mesmo período de 2011. Este resultado decorre da maior variação do IGP-M no terceiro trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, somada às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011.
- Variação monetária das concessões onerosas: O valor da variação monetária foi de R\$17.086 no terceiro trimestre de 2012 comparados a R\$4.135 no terceiro trimestre de 2011. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGP-M que passou de 0,97% no terceiro trimestre de 2011 para 3,78% no terceiro trimestre de 2012.
- perdas líquidas com variações cambiais, no terceiro trimestre de 2012, no montante de R\$1.893 comparados as perdas líquidas de R\$23.182, no mesmo período de 2011, originados de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira e Compra de Energia proveniente de Itaipu, indexada ao Dólar. Este resultado decorre, principalmente, da valorização de 0,46% do Dólar no terceiro trimestre de 2012, frente a uma valorização de 18,79% no mesmo período de 2011;

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no terceiro trimestre de 2012, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$346.145 em relação ao lucro de R\$1.283.276, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 26,97%. No terceiro trimestre de 2011, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$311.407 em relação ao lucro de R\$968.654, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,15%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2011, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder do setor.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 17º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006, 2007 e 2011 de 65%, 55% e 71,7% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 26 vezes durante o ano de 2011 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 27 de abril de 2012, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2013.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2013.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14,7 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2011 foram realizadas 63 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2011, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo

Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL
VOTANTE EM 30.09.2012 (1)**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	50,96	-	0,00	189.991.615	22,27
Outras Entidades do Estado	50.246	0,01	8.821.839	1,84	8.872.085	1,00
Total Controlador	190.041.861	50,97	8.821.839	1,84	198.863.700	23,31
AGC Energia S/A (2)	122.901.990	32,96	-	0,00	122.901.990	14,41

Notas:

(1) capital social alterado em 27/04/2012, com bonificação de 25% em novas ações;

(2) o acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30.09.2012		30.09.2011	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	190.041.861	8.821.839	152.033.489	7.057.472
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2.899	953	2.320	763
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	1	-
Bruno Magalhães Menicucci	-	1	-	-
Christiano Miguel Moysés	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	68	-	55
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	1	-	1	-
Eduardo Borges de Andrade	-	1	-	1
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Fuad Jorge Noman Filho	-	-	-	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	13	-	11	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
Joaquim Francisco de Castro Neto	1	-	-	-
José Augusto Gomes Campos	-	1	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Leonardo Maurício Colombini Lima	1	-	1	-
Luiz Augusto de Barros	1	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Newton Brandão Ferraz Ramos	1	-	1	-
Otávio Marques de Azevedo	-	1	-	1
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	-	526	-	421
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	-	1	-	1
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	120	1	96	1
Ricardo Coutinho de Sena	-	1	-	1
Saulo Alves Pereira Júnior	-	1	-	1
Tarcísio Augusto Carneiro	2.751	350	2.201	280

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.09.2012		30.09.2011	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	10	869	7	634
Djalma Bastos de Moraes	-	68	-	50
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	530	-	386
Frederico Pacheco de Medeiros	1	-	-	-
João Luiz Senra de Vilhena	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
José Raimundo Dias Fonseca	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	7	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Luiz Henrique Michalick	-	271	-	198
Maria Celeste Moraes Guimarães	1	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Helton da Silva Soares	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Marina Rosenthal Rocha	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.09.2012	182.792.314	49,03	470.993.832	98,09	653.786.146	76,64
30.09.2011	146.233.846	49,03	376.794.638	98,09	523.028.484	76,64

Nota: (*) capital social alterado em 27/04/2012, com bonificação de 25% em novas ações.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Fomos contratados para conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não fomos contratados para emitir uma opinião de auditoria.

Em função da relevância do assunto descrito no parágrafo “Base para abstenção de conclusão” a seguir, não nos foi possível expressar conclusão em relação à nossa revisão.

Base para abstenção de conclusão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29, (a) em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579 (“MP 579” ou “MP”), que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (b) em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto nº 7.805 que regulamenta a MP 579, que impactam os contratos de concessões da Companhia. Nos termos dessa legislação, a Companhia possui a opção de prorrogar os prazos de suas concessões de geração e transmissão de energia elétrica, a critério do Poder Concedente, em uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceite o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012, bem como determinadas outras condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: (i) receita fixada conforme critérios estabelecidos; (ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e (iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 15 de outubro de 2012, a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação do prazo de concessão referente a certas centrais geradoras incluídas no contrato 007/97 e aos ativos de transmissão incluídos no contrato 006/97, referidos na Nota Explicativa nº 29. Em 1º de novembro de 2012, foram publicadas as Portarias Interministeriais nº 578, nº 579 e nº 580, por meio das quais o Ministério de Minas e Energia informou valores das novas tarifas aplicáveis às atividades de geração de energia elétrica, os valores da nova Receita Anual Permitida (RAP), aplicável às atividades de transmissão de energia da Controlada, a vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$148 milhões, assim como o valor da indenização dos ativos de transmissão no valor de R\$285 milhões. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo contábil dos ativos de transmissão de energia elétrica, classificado no ativo circulante e não circulante, nas rubricas Ativo Financeiro da Concessão, no montante de R\$723 milhões e RAP referente ao ciclo 2012/2013 do contrato 006/97 estipulada em R\$485 milhões e saldo contábil de ativos de geração de energia elétrica, classificado como ativo não circulante na rubrica Ativo imobilizado, para os quais a Controlada manifestou sua intenção preliminar favorável à aceitação da prorrogação do contrato de concessão, no montante de R\$763 milhões. Para estes empreendimentos de geração, o Poder Concedente não considerou que a Companhia tem direito a indenização. Adicionalmente, para as concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Administração da Controlada entende que possui direito a prorrogação destas concessões nas condições anteriores à MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.74/1995 e desta maneira, não manifestou intenção favorável quanto à aceitação da prorrogação. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo contábil referente as usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, classificado no ativo não circulante, na rubrica Ativo Imobilizado, no montante de R\$1.335 milhões. A administração da Companhia está analisando, por meio de estudos e projeções, as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão de sua Controlada e os correspondentes efeitos econômico-financeiros, a fim de concluir sobre a ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até 4 de dezembro de 2012. Pelo fato de a Administração da Companhia ainda não ter concluído todas as análises sobre a intenção ou não de prorrogar as concessões e seus efeitos contábeis, nenhum ajuste foi registrado nas demonstrações financeiras intermediárias referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, existindo, assim, incerteza relevante quanto ao valor de realização de ativos e eventual mensuração de passivos direta e indiretamente vinculados aos contratos de concessão e, portanto, não nos foi possível concluir sobre as informações contábeis contidas nessas informações contábeis intermediárias.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível expressar conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre as informações trimestrais acima referidas.

Ênfases

Sem modificar nossa abstenção de conclusão, chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 12 às informações financeiras intermediárias, que menciona que a controlada indireta em conjunto, Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de setembro de 2012, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.943 milhões. O efeito proporcional na Companhia é de R\$194 milhões. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Sem modificar nossa abstenção de conclusão, chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 12 às informações financeiras intermediárias, que menciona que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2012, R\$13.800 milhões, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de setembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.380 milhões.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as informações intermediárias referentes às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível expressarmos uma conclusão e, consequentemente não expressamos conclusão sobre as referidas demonstrações do valor adicionado.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentados na nota explicativa nº 2.2 às informações financeiras intermediárias, que não foram revisados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 11 de novembro de 2011, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados ao fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas por sua administração deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, de acordo com as expectativas de sua administração, dar-se-á a partir do início das operações.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 26 de março de 2012, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados a: (i) o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. apurava prejuízos recorrentes em suas operações e apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante consolidado de R\$1.279 milhões. O efeito proporcional na Companhia foi de R\$128 milhões; e (ii) o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas por sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 S/MG